

Aula 00

*Passo Estratégico de História p/ PM-SP
(Soldado) - 2020*

Autor:
Sergio Henrique

04 de Maio de 2020

SUMÁRIO

00. Bate Papo Inicial	2
Provas PM-SP - História - Soldado	3
<i>Prova 2019.2</i>	<i>3</i>
<i>Prova 2019</i>	<i>9</i>
<i>Prova 2018</i>	<i>19</i>
<i>Prova 2017</i>	<i>30</i>
<i>Prova 2015</i>	<i>38</i>
<i>Prova 2014</i>	<i>46</i>



00. BATE PAPO INICIAL

Olá pessoal. O Passo Estratégico será atualizado na próxima semana, com dicas e estatísticas para nortear o seu estudo. Até lá, faremos as resoluções das últimas provas aplicadas no concurso da Polícia Militar de São Paulo para o Cargo de Soldado, referentes à disciplina de História, com todas as questões comentadas como uma revisão para esta jornada em busca de um excelente resultado.

Motivação, Disciplina e Estratégia. É o tripé do sucesso e estou aqui com a equipe **Estratégia Concursos** para levá-lo ao sucesso e alcançar seus objetivos. Vamos logo, pois não temos tempo a perder. Nosso tempo é valioso.

Bons Estudos, um grande abraço e foco no Sucesso...

Prof. Sérgio Henrique Lima Reis.



PROVAS PM-SP - HISTÓRIA - SOLDADO



PROVA 2019.2

Você que é concurseiro sabe o quanto é importante a nota de História e que a exigência é alta.

Sempre a VUNESP dá um show em suas avaliações e segue um padrão muito bem definido de temas, que inclusive são muito bem selecionados e adequados ao exame. Nesta prova resolvida da PMSP Soldado 2019, você encontrará a resolução, com muitas dicas para você. É um excelente material de estudo para trilhar o caminho da sua aprovação e como são dois concursos anuais para soldado, é fundamental conhecer as principais dicas de conteúdo para mandar muito bem nas questões.

Se você já está cansado de ralar em todas as disciplinas e não estudou História, e por isso se lascou, eu posso ajudá-lo! Clique aqui para conhecer o curso de História para PMSP.

1. (VUNESP - PMSP Soldado 2019)

Primeira Guerra Mundial – A causa imediata da eclosão do conflito foi o assassinato em Sarajevo, em 28 de junho de 1914, do herdeiro do trono austro-húngaro, arquiduque Francisco Ferdinando, por um militante nacionalista sérvio. O fato motivou um ultimato do Império Austro-Húngaro à Sérvia e, em 28 de julho seguinte, a declaração de guerra àquele país. Na verdade, as tensões e rivalidades que, desde meados do século XIX, envolviam as principais potências europeias e não europeias haviam crescido a tal ponto que foi rompido o equilíbrio de poder que governava a política internacional.

(<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CentenariIndependencia/PrimeiraGuerraMundial>. Acessado em 09 de setembro de 2019)

Entre os fatores que contribuíram para eclosão do conflito bélico citado no excerto, pode ser apontado(a)



- A) o desenvolvimento da ~~indústria de base do Império Russo~~, que colocava em risco os interesses da Áustria-Hungria e da Alemanha.
- B) o **descontentamento da França e da Inglaterra com a Partilha da África** determinada pela Conferência de Berlim, que beneficiou a Alemanha.
- C) o ~~expansionismo territorial do Império Turco-Otomano~~ no Oriente Médio, que eliminou a influência das potências europeias na região.
- D) o revanchismo da França contra os alemães, que haviam anexado territórios franceses após a Guerra Franco-Prussiana.**
- E) a secular rivalidade entre a Inglaterra e a Alemanha, que disputavam a ~~hegemonia comercial na América do Sul~~.

Comentários

A Primeira Guerra Mundial foi provocada pelas disputas imperialistas entre as potências industriais europeias, envolvidas pelas ideias ultranacionalistas. Com o surgimento do Império Alemão surgiu a rivalidade francesa e inglesa, neste caso motivada pela concorrência industrial. A principal Rivalidade histórica na Europa foi entre a Inglaterra e a França, mas se uniram contra Alemanha, num acordo secreto, na Entente Cordiale (com a entrada da Rússia tornou-se Tríplice Entente). A concorrência Anglo-Germânica foi motivada pela concorrência da nova potência, que rivalizava com a França, por ter anexado os territórios carboníferos da Alsácia-Lorena, na fronteira entre eles.

A conferência de Berlim foi convocada pelo chanceler alemão Oto Von Bismark, e requeriam colônias na África, pois até então não as **possuía**. O tratado foi uma redivisão do território em que a Alemanha conquistou áreas coloniais, mas a Inglaterra e França não saíram perdendo, pois, seus territórios coloniais foram ampliados, por isso não estavam descontentes com sugere a alternativa (na minha opinião, a que confundiu mais o candidato). Os franceses continuaram a dominar a maior parte do noroeste africano, enquanto o nordeste e leste era principalmente composto por territórios ingleses, salvo os territórios coloniais portugueses em Angola e Moçambique.

O Império Russo e Turco estavam em decadência, após séculos de poder. A Rússia era um dos mais atrasados países europeus, sua monarquia era absolutista (Czar vem de César), e as poucas indústrias que estavam surgindo, alimentícias e têxteis, eram boa parte delas de investimento francês - O que explica a aliança da Rússia com Inglaterra e França. O Império Turco Otomano lutou com a Alemanha e Áustria, e ao final do conflito foi todo fragmentado em pequenos países.

Gabarito: D

2. (VUNESP - PM-SP - Soldado /2019.2)

Joseph McCarthy, jovem senador de Wisconsin, irrompeu no cenário nacional americano em fevereiro de 1950 ao revelar que tinha em mãos uma lista de comunistas que trabalhavam no Departamento de Estado. Cada vez que ele repetia a acusação, nos dias seguintes, mencionava um diferente número de comunista em tal lista. Mas a acusação pareceu plausível a muitos americanos porque foi feita no auge da Ameaça Vermelha do pós-guerra.



(George Chauncey, Chá e simpatia. Em: M. C. Karnes (org.). *Passado imperfeito*. Adaptado)

O “auge da Ameaça Vermelha do pós-guerra” pode ser relacionado

A) ao contexto de vitória do Partido Comunista Chinês, que chegava ao poder, e ao início da Guerra da Coreia.

~~B) à grave crise econômica no bloco capitalista desde a Segunda Guerra e ao domínio da tecnologia atômica pela Iugoslávia.~~

~~C) ao desenvolvimento da conquista do espaço em nações socialistas, caso da Tchecoslováquia, e a uma disputa pela liderança na OTAN.~~

~~D) ao sucesso dos projetos privatização de empresas ligadas revolucionários cubanos e à forte capacidade soviética em produzir bens de consumo não duráveis.~~

~~E) ao avanço de experiências comunistas em países da Europa Ocidental, como a França, e ao controle soviético da ONU.~~

Comentários

A Guerra Fria compreendeu o período entre o final da Segunda Guerra Mundial e a decadência da URSS em 1991. Alguns sugerem um marco em 1947 quando o presidente dos EUA Harry Trumam decretou “Guerra ao Comunismo”, o que ficou conhecido como a Doutrina Trumam, em 1947. Esta foi a política externa, mas na política interna foi feita uma verdadeira caçada aos comunistas, capitaneada pelo senador Marcharth, por isso a perseguição interna aos comunistas é conhecida como Marcathismo.

O auge da influência soviética e seu poderio (ao menos o que o ocidente pensava que possuíam e eles faziam tentar acreditar), foi logo após a Segunda Guerra: A URSS foi o país que anexou territórios europeus, ao incorporar todo o leste do continente. A Península da Coreia foi dividida, com o norte socialista. Em 1950 Mao Tsé Tung tomou o poder na Revolução socialista Chinesa, e em entre 1950 e 1953 a Coreia do Norte invadiu a do Sul e ocorreu a Guerra da Coreia, e em 1954 eclodiu a Guerra do Vietnã. O início da Guerra Fria foi o auge soviético.

A Iugoslávia era um país dos Balcãs que surgiu no final da Primeira Guerra, e seu líder revolucionário, o Gal. Tito, chegou ao poder sem ajuda soviética, então era um país socialista, satélite soviético, mas assim como a China, tinham divergências com a URSS e eram submetidos ao poder de Moscou. Apesar das divergências eram países naturalmente aliados e membros do bloco militar socialista, o Pacto de Varsóvia. A Tchecoslováquia foi incorporada após a Segunda Guerra e nas provas, o que encontraremos frequentemente é a menção à Primavera de Praga, quando em 1968 quando as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a capital para reprimir o governo, que estava realizando reformas, de modo a construir um “socialismo com face humana”. A revolução cubana ocorreu em 1959, e instalou a economia socialista planejada e assim como em todos os países socialistas, especialmente a URSS, não desenvolveu sua indústria de bens de consumo.

Gabarito: A



3. (VUNESP - PM-SP - Soldado /2019.2)

Em termos econômicos, o Estado Novo (1937-45) caracterizou-se

A) pela redução do *deficit* público com o ~~corte de gastos em algumas áreas sociais, como a educação.~~

B) pela política dada aos serviços urbanos, como o abastecimento de água.

C) pela adoção de um nacionalismo extremado por meio do qual se ~~proibiu a entrada de capitais estrangeiros~~ no país.

D) pelo forte intervencionismo estatal com a criação de conselhos regulatórios, como o Conselho Nacional do Petróleo.

E) pela aplicação de ~~medidas liberais~~, tais como o congelamento dos salários para evitar o aumento da inflação.

Comentários

O Estado Novo foi a ditadura varguista entre 1937 e 1945. Era inspirado no fascismo europeu, principalmente em Portugal de Salazar e a Itália de Mussolini: Ditaduras, governos centralizados, uso intenso da propaganda política, manipulação do sistema de educação, forte intervencionismo estatal (antiliberais na economia). Sua política econômica procurou aumentar o poder do Estado, e estimular a modernização a partir de estatais, principalmente na indústria de base, em empresas como CSN-Companhia Siderúrgica Nacional e CVRD- Companhia Vale do Rio Doce. Apesar da manipulação, inserindo a imagem de Vargas em todos os livros e fazendo apologia ao líder, a educação recebeu fortes incentivos, e já existia o MEC. Tudo que diz respeito ao liberalismo econômico ou político, permite anular as proposições como a [A] e a [E]. Entre os órgãos reguladores criados por Vargas, podemos citar o CNP-Conselho Nacional do Petróleo, de 1939, mas tome cuidado, pois a Petrobrás somente foi criada em 1953, em seu governo democrático.

Gabarito: D

4. (VUNESP - PM-SP - Soldado /2019.2)

A Assembleia Constituinte instalou-se em 1o de fevereiro de 1987, e a Constituição foi promulgada no ano seguinte, em 5 de outubro de 1988. [...] É a mais extensa Constituição brasileira – tem 250 artigos principais, mais 98 artigos das disposições transitórias – e está em vigor até hoje.

(Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*)

Essa Constituição

A) ~~restringiu o direito de greve~~ para funcionários públicos federais.

B) garantiu o voto facultativo para os analfabetos.

C) ~~permitiu a formação de partidos políticos estaduais.~~

D) ~~proibiu as coligações partidárias nas eleições majoritárias.~~

E) criou as Comissões Parlamentares de Inquérito.



Comentários

A constituição de 1988 também é chamada de cidadã, pois além de redemocratizar o país, trouxe novidades, como garantias sociais e o voto facultativo para os analfabetos, garantiu o direito de greve aos funcionários públicos federais. Durante o Estado Novo os partidos políticos foram proibidos e em 1945, a lei eleitoral de 1945, determinou a criação de partidos de caráter nacional, colocando fim a tradição de partidos políticos regionais, que desde então são proibidos. A constituição também prevê coligações partidárias nas eleições majoritárias, chapas casadas (presidente e vice na mesma chapa, e podem ser de coligações), eleições de quatro anos e o segundo turno. Fique atento, que a reeleição somente foi introduzida em 1997 no governo FHC. A CPI-Comissão parlamentar de Inquérito, consta na constituição desde 1934.

Gabarito: B

5. (VUNESP - PM-SP - Soldado /2019.2)

Em 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei Orgânica dos Partidos, incluindo o substitutivo que extinguiu a Arena e o MDB, e restabeleceu a liberdade partidária no país. Pela aprovação do substitutivo, votaram 299 deputados e 41 senadores. Só nove deputados faltaram à sessão.

(<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=360461>. Acessado em 06 de setembro de 2019.
Adaptado)

O bipartidarismo foi estabelecido

~~A) com a reforma política de 1972.~~

~~B) imediatamente após a queda de João Goulart.~~

~~C) com reforma constitucional de 1969.~~

~~D) com a eleição do presidente Costa e Silva em 1967.~~

E) por ato complementar ao Ato Institucional no 2 em 1965.

Comentários

Essa era simples e direta. Inclusive recomendo decorar 3 atos institucionais:

AI-1, que ampliou os poderes do presidente e a cassação de servidores e políticos ligados ao socialismo. Basicamente a instalação do novo regime.

AI-2, que instituiu a ARENA-Aliança Renovadora Nacional, e o MDM-Movimento Democrático Brasileiro. O pluripartidarismo retornou em 1979 com a nova lei dos partidos, no contexto do início do processo de redemocratização do país.

AI-5, que enrijecia a perseguição aos opositores da ditadura. Foi decretado em 1968 por Costa e Silva e revogado em 1978.

Gabarito: E



6. (VUNESP - PM-SP - Soldado /2019.2)

Figueiredo prosseguiu no caminho da abertura política iniciada no governo Geisel. O comando das iniciativas ficou nas mãos do general Golbery e do ministro da Justiça, Petrônio Portella.

(Boris Fausto, *História concisa do Brasil*)

Durante o governo Figueiredo, a abertura política avançou com

- A) a reabertura do Supremo Tribunal Federal (STF) em 1980.
- ~~B) o reestabelecimento, em 1982, da eleição direta para a presidência da República.~~
- C) a aprovação, pelo Congresso, da Lei da Anistia, em agosto de 1979.**
- D) a permissão para o funcionamento do Partido Comunista do Brasil em 1981.
- E) a extinção do Serviço Nacional de Informação (SNI) em 1984.

Comentários

A dica é sempre pesar nos principais momentos da redemocratização: 1978 revogação do AI-5, 1979 campanha e a lei da anistia, retorno do pluripartidarismo, e a campanha pelas Diretas Já. Se lembrar destes pontos, certamente conseguirá resolver as questões.

O STF não foi fechado durante a ditadura, mas adaptado a ela, as eleições diretas somente vieram em 1989 (a campanha pelas diretas não teve sucesso). Após a redemocratização o PCB somente se restabeleceu em 1996.

Gabarito: B



PROVA 2019

1. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2019)

Uma das metas mais importantes do tratado era [...] controlar a Alemanha (segundo uma expressão usada naquela época), isto é, destruir sua força militar no presente e no futuro. [...] ficou decidido que o exército alemão ficaria limitado a 100 mil homens, recrutados com base em um compromisso voluntário de doze anos para os soldados e suboficiais.

(Jean-Jacques Becker. O Tratado de Versalhes, 2011)

O Tratado de Versalhes, assinado após a Primeira Guerra Mundial, contribuiu para

- A) a adoção de planos internacionais de ajuda financeira aos países economicamente destruídos pelo conflito bélico.
- B) a constituição, pelas nações asiáticas e europeias derrotadas na guerra, de um bloco militar contrário ao imperialismo na África e na Ásia.
- C) o fortalecimento de ideologias antidemocráticas habilmente exploradas por partidos políticos nacionalistas.
- D) o desenvolvimento duradouro da economia internacional como resultado da redução de gastos públicos com equipamentos militares.
- E) a emergência de relações estáveis, baseadas nos princípios de reciprocidade, entre as potências industrializadas europeias.

Comentários

A questão nos apresenta um tema clássico da História Contemporânea, sobretudo no que diz respeito aos resultados da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e aos primórdios da Segunda Guerra Mundial (1939-1945): o **Tratado de Versalhes**, assinado em 1919 e que impôs uma série de punições aos países derrotados na Primeira Guerra, sobretudo à Alemanha.

Supostamente considerado como um Tratado de Paz que colocaria fim – oficialmente – à Primeira Guerra, o Tratado de Versalhes **culpabilizou** a Alemanha como a principal responsável pelo início e pelos danos causados durante essa Guerra. Em seu artigo 231, o Tratado declarava que a Alemanha reconhecia ser a única responsável pelos prejuízos (financeiros e humanos) causados entre os anos de 1914 e 1918. Concomitantemente, seu artigo 232 definia que os alemães deveriam indenizar os países **Aliados** (Reino Unido e França, sobremaneira) em razão das perdas que eles tiveram ao longo dos anos.

Dentre as principais sanções à Alemanha, podemos destacar: devolução da Alsácia-Lorena para os franceses (a região havia sido tomada pelos alemães ao final da Guerra Franco-Prussiana [1870-1871]); pagamento de indenização de bilhões de libras-ouro para os países vencedores da Primeira Guerra; redução do Exército alemão a cerca de 10% do montante (aproximadamente 100 mil homens) e proibição do alistamento militar; proibição de marinha, aeronáutica e artilharia pesada;



limitação da indústria bélica; perda de parte de seu território com a criação da Polônia; entrega de regiões e cidades para a Dinamarca, Bélgica e Lituânia.

Em linhas gerais, tais punições provocaram uma grave crise social e financeira na Alemanha, agravada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, sendo que tal situação fez surgir um sentimento de revolta e **revanchismo alemão**, responsáveis pela criação de partidos **nacionalistas** com ideologia **antidemocrática**, vinculados à extrema direita do país e de características **xenófobas** (de aversão aos estrangeiros).

Seus líderes passaram a enaltecer a grandiosidade alemã e a questionar as humilhações sofridas, ganhando adeptos em virtude de seus discursos. Na Alemanha, **Adolf Hitler** foi o líder do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, fundado em 1920, sendo que ele argumentava contrariamente ao Tratado de Versalhes, enaltecendo a humilhação sofrida e destacando que os alemães eram superiores e não deveriam se sujeitar à imposição destas duras penas.

Em meio a este ambiente de crises, o **Partido Nazista** conquistou adeptos de diversos setores da sociedade alemã, atraídos pelo sentimento nacionalista e corporativista dos nazistas. No ano de 1932, durante as eleições para o Parlamento alemão, os nazistas obtiveram 37% dos votos, sendo que o então presidente, Paul von Hindenburg, nomeou Hitler como chanceler alemão.

Em 1933, Hindenburg aprovou uma lei que permitia que o chanceler legislasse independentemente do Parlamento, o conferia um maior poder de decisão a Hitler. Diante disso, e com a morte de Hindenburg em 1934, Hitler assume, também, o cargo de presidente, sendo assim chamado de **Führer** (líder), detentor de plenos poderes e responsável por instaurar a ditadura nazista alemã, findada somente em 1945, ao término da Segunda Guerra.

Gabarito: C

2. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2019)

Até finais dos anos sessenta, o enfrentamento com o comunismo definiu a política exterior. [...] houve períodos de grande tensão internacional [...]. O êxito soviético ao lançar o satélite não tripulado, Sputnik, em outubro de 1957, demonstrava aparentemente a superioridade dos soviéticos tanto em tecnologia espacial como na capacidade para atacar o hemisfério ocidental por meio de mísseis orbitais.

(Philip Jenkins. Breve história dos Estados Unidos, 2017).

Pode-se acrescentar às condições das relações internacionais referidas pelo texto:

- A) o emprego de armas convencionais no confronto direto entre as potências.
- B) a ausência de movimentos sociais nas áreas controladas pelas potências.
- C) a reduzida influência política das potências nos países do Terceiro Mundo.
- D) o acordo entre potências favorável à manutenção da democracia em escala global.
- E) o aumento constante do arsenal nuclear nas potências rivais.

Comentários



O excerto apresentado pela questão nos traz algumas características sobre os EUA no que diz respeito à sua política exterior. É preciso destacar, de antemão, que o período ao qual ele se refere é conhecido como **Guerra Fria**, nome dado ao período iniciado a partir de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e com o destaque para as duas grandes potências mundiais que saíram fortalecidas destes conflitos: os próprios Estados Unidos e a União Soviética (URSS), responsáveis por derrotarem a Alemanha Nazista de Hitler.

No período posterior à Segunda Guerra, uma grande corrida armamentista ganhou enormes proporções, sendo responsável pelo aumento significativo do **arsenal nuclear** dessas potências rivais, sendo que armas cada vez mais poderosas foram produzidas. Além disso, também houve a chamada **corrida espacial**, pela qual os dois países procuravam o domínio para além da Terra. Os soviéticos, inicialmente, lideraram essa área, quando mandaram o satélite **Sputnik I** ao espaço, em 1957. Posteriormente, Yuri Gagarin orbitou sobre a Terra (1961). Os EUA, por sua vez, enviaram Neil Armstrong, Buzz Aldrin e Michael Collins em uma viagem para a Lua, na qual representaram a “conquista” simbólica do espaço e venceram a corrida espacial, em 1969. Tais situações são resultado da **bipolaridade ideológica** das relações internacionais, dados os conflitos de caráter político e ideológico entre os países do bloco **capitalista**, sob a liderança dos EUA, e os países do bloco **comunista**, alinhados à União Soviética.

O termo “Fria” é empregado a este período uma vez que não ocorreram combates **diretos** entre os EUA e a URSS, exceção feita somente às tensões geradas na famosa **Crise dos Mísseis** (1962), evento que representa o maior momento de tensão entre os dois países. A URSS havia instalado bases nucleares em Cuba, país que se localiza próximo aos EUA e que, no caso de um possível enfrentamento nuclear, representava uma grande ameaça aos estadunidenses.

Após uma série de negociações entre as duas potências, ficou decidido que os soviéticos retirariam os mísseis de Cuba, em troca da não invasão de Cuba pelos EUA e da retirada dos mísseis colocados pelos EUA na Turquia. Este é considerado o momento de maior tensão ao longo da Guerra Fria, que é marcada, sobretudo, por conflitos de ordem político-ideológica.

No que diz respeito à América Latina (área de grande influência dos EUA), muitos movimentos sociais revolucionários ganharam corpo, destacando-se a **Revolução Cubana** (1959), sob a liderança de Fidel Castro e Ernesto Che Guevara, aliados ao bloco comunista. Com relação às armas utilizadas ao longo destes anos de Guerra Fria, elas não eram, de forma alguma, **convencionais**, representando um grande avanço tecnológico do setor para a época.

Em relação à influência destas potências em países de “Terceiro Mundo” (termo que, atualmente, não é mais utilizado, por apresentar uma visão preconceituosa sobre países da América Latina, África e Ásia), percebe-se a preocupação em se inserir nestes países, por estarem em processo de desenvolvimento e, de forma mais presente, representarem o domínio dos EUA ou da URSS.

Com relação a um suposto acordo entre potências para favorecer a manutenção da democracia em escala global, percebe-se um equívoco considerável, uma vez que as diferenças ideológicas **não** permitiam um consenso em nível mais global.

O evento que marca o fim da Guerra Fria é localizado com a queda do **Muro de Berlim** (1989), o qual dividia a capital alemã em Berlim Oriental (sob influência soviética) e Berlim Ocidental, de aspectos capitalistas. Tal fato evidencia o crescimento do capitalismo em detrimento ao



comunismo, sendo que o ponto culminante para o término **oficial** das disputas ideológicas pode ser situado, também, com a **dissolução da URSS**, em 1991.

Gabarito: E

3. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2019)

Observe o cartaz.



(http://66.media.tumblr.com/tumblr_lo2s1wbuiV1qjrdq3o1_400.jpg)

Considerando a imagem e conhecimentos sobre a história do Brasil republicano, é correto afirmar que o cartaz trata de:

- A) uma convocação de reservistas para o alistamento militar no auge da Guerra Mundial.
- B) um apelo à sociedade para sua mobilização em benefício das populações mais carentes do país.
- C) uma denúncia das intenções antidemocráticas de alguns setores das forças armadas brasileiras.
- D) um chamado à participação efetiva da população na resistência militar a um governo federal centralizador.
- E) uma arma de mobilização do operariado das grandes cidades contrário às reformas sociais de governos populistas.

Comentários

A História do Brasil Republicano guarda certas particularidades: entre 1894 e 1930, o país passou por um longo período político que ficou conhecido como a **República Velha** (ou **Oligárquica**, ou do **Café com Leite**), tendo como uma de suas principais características o revezamento de poder entre os membros das elites locais, sobretudo dos estados de São Paulo e Minas Gerais.



Em 1930, de acordo com tal política de revezamento de poder, o candidato indicado para a sucessão do então presidente Washington Luís deveria ser um mineiro. Contudo, Washington Luís quebrou com tal acordo e indicou o paulista Júlio Prestes para sucedê-lo. Inconformados com a decisão, membros das elites mineiras romperam com o governo e articularam uma candidatura em oposição a Prestes, contando com o apoio de políticos do Rio Grande do Sul e da Paraíba.

A partir de então, formou-se aquela que ficou conhecida como a **Aliança Liberal (AL)**, responsável pela indicação do gaúcho Getúlio Vargas para a presidência e do paraibano João Pessoa para vice. Essa chapa contou com o apoio do movimento tenentista, de camadas médias urbanas e dos trabalhadores, insatisfeitos com o domínio político dos grandes fazendeiros.

Diante da situação, as eleições ocorreram de forma tensa, sendo que Júlio Prestes saiu como vencedor. Vargas e João Pessoa, inconformados, insistiram em denunciar que as eleições foram fraudadas (é importante destacar que a maioria das eleições – senão todas – passavam por algum tipo de fraude, sendo que os votos contabilizados a Vargas também foram, de alguma forma, fraudados, mas ao que podemos analisar, aqueles dados a Prestes foram em maior quantidade).

O levante da oposição ganhou corpo após o assassinato de João Pessoa, ainda que por motivos pessoais, e não políticos, ter sido associado ao Governo Federal, servindo de estopim para o início da rebelião. Entre 03 e 24 de outubro, confrontos entre as tropas federais e os revoltosos espalharam-se pelo país, garantindo a **deposição** de Washington Luís e a tomada de poder, em 03 de novembro de 1930, por Getúlio Vargas, de forma **provisória** (o que vimos que não aconteceu, dado o início daquela que ficou conhecida como a **Era Vargas**, que perdurou entre 1930 e 1945).

Uma das primeiras medidas tomadas por Vargas ao assumir o Governo Provisório (1930-1934) foi baixar o Decreto 19.398, responsável por **dissolver** (fechar) o Poder Legislativo nas instâncias Federal, Estadual e Municipal, até que fosse eleita a Assembleia Constituinte.

Ademais, Vargas substituiu os antigos presidentes de estado (o que, atualmente, são os nossos governadores) por **interventores** federais, sendo boa parte deles militares indicados por ele. A influência de Vargas causou desconforto nas oligarquias estaduais, sobretudo as de São Paulo, que se organizaram em um movimento que ficou conhecido como a **Revolução Constitucionalista de 1932**, cuja sigla **MMDC** representava as iniciais dos 4 estudantes mortos em combate com tropas federais: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo, em maio do mesmo ano, e que se tornaram símbolos do movimento paulista.

O cartaz apresentado na questão nos mostra, ao fundo, a bandeira do estado de São Paulo, com um soldado “convocando” os paulistas a se alistarem e lutarem contra o Governo Federal **centralizador**, em busca de uma nova Constituição e do fim do Governo de Getúlio Vargas. Iniciada em 09 de julho de 1932, a revolta não obteve os resultados desejados, tendo sido oficialmente encerrada em 1º de outubro do mesmo ano, após a assinatura da rendição paulista.

O movimento não obteve conquistas imediatas, sendo comemorado somente no estado de São Paulo, ainda que derrotado. Contudo, serviu como pressão para que, em 1934, fosse elaborada uma nova Constituição Federal, inaugurada com o segundo momento da Era Vargas, que ficou conhecido como o **Governo Constitucional** (1934-1937).

Gabarito: D



4. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2019)

Ao receberem menos dinheiro por suas vendas ao exterior, os exportadores e produtores ligados à exportação reduzem suas compras. Os produtores internos afetados por essa redução também reduzem as suas, e assim por diante.

(Celso Furtado. Formação econômica do Brasil, 1989)

O autor refere-se aos desdobramentos da queda no preço e no volume da exportação do café brasileiro decorrente da Crise de 1929. Tendo em vista o cenário econômico descrito pelo texto, o governo Getúlio Vargas decidiu, entre 1931 e 1939:

- A) extinguir em curto prazo a dependência do país à economia cafeeira, abandonando os empresários do setor.
- B) equilibrar a oferta e a procura do produto, comprando e destruindo os excedentes das colheitas.
- C) adquirir empréstimos no exterior, visando à manutenção da política de valorização do preço do café.
- D) limitar a venda do produto ao mercado interno, considerando os prejuízos que a exportação de café causava ao país.
- E) substituir os latifúndios cafeeiros por pequenas propriedades, desapropriando terras e concedendo incentivos fiscais a agricultores.

Comentários

O café foi um dos produtos brasileiros com maior relevância na economia brasileira entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Neste sentido, a banca nos apresenta uma questão em que podemos evidenciar, de forma muito interessante, a associação em que o autor, Celso Furtado, faz entre a **Crise de Superprodução de 1929** (ou Quebra da Bolsa de Nova Iorque) e a redução no preço e na exportação do café.

Neste sentido, entre 1931 e 1939, período destacado na questão, podemos compreender que a presidência do Brasil esteve sob a liderança de Getúlio Vargas, tendo iniciado em 1930 com a deposição de Washington Luís, o então presidente brasileiro, e o consequente impedimento da posse do paulista Júlio Prestes, eleito para assumir a partir de 1930. Tal período do Governo Vargas, iniciado em 1930 através de um **golpe**, daria nome à chamada **Era Vargas**, que perduraria até o final de 1945, quando, finalmente, Vargas é destituído do cargo de Chefe do Executivo Brasileiro.

Neste cenário, a queda nas exportações de café representou uma grande perda financeira entre 1929 e 1932. O preço do produto caiu consideravelmente, sobretudo em 1931. A entrada de capital estrangeiro cessou quase por completo em 1932, sendo que o Brasil foi o primeiro país latino-americano a inserir o controle do câmbio e outras medidas da mesma natureza, que, em conjunto com a desvalorização da moeda, reduziram as importações em cerca de dois terços do total no período. Ainda assim, porém, muito café teve de ser queimado.



Vale lembrar que neste período, o produto que mais foi vendido para o exterior foi o café (representando mais de 50% dos lucros nas exportações). Diante dessa euforia com os lucros, os cafeicultores aumentaram desmedidamente as suas plantações. Contudo, tal medida ultrapassou a necessidade de consumo do produto e a economia passou a enfrentar uma série de crises de **superprodução**, dado que a oferta de café era muito maior do que a procura do produto. Como resultado, os seus preços caíram e acumulava-se muitos estoques da mercadoria.

Para tentar solucionar tal problema, em 1906 ocorreu o **Convênio de Taubaté**, com a finalidade de acabar com a crise de superprodução. Nessa reunião, os fazendeiros propuseram que o governo federal comprasse o excedente de café produzido, o qual deveria ser estocado para ser vendido futuramente, quando os preços se normalizassem. Para realizar a compra, o governo federal faria empréstimos no exterior. Isso garantia que o preço do café não iria cair frente ao mercado mundial e que os cafeicultores não teriam prejuízos. Com resultado dessa prática, os estoques do governo federal, por sua vez, só aumentavam e nunca aparecia a oportunidade de vendê-lo ao mercado externo.

Foi em meio aos reflexos deste cenário que Vargas assumiu a presidência em 1930, em um contexto de crise econômica, resultante da Grande Depressão de 1929, e com o intuito de manter os preços do café. Deu continuidade, por sua vez, à política de valorização do café, comprando e queimando o produto excedente, procurando incentivar a produção de outras mercadorias, a fim de reduzir a dependência diante do café, mas **equilibrando** a oferta e a procura do produto, ao **comprar** e **destruir** os excedentes das colheitas.

(Fontes: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=170692&id_secao=1;
http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_colecao/exposicao_colecao_contexto1930-39.asp).

Gabarito: B

5. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2019)

Em 18 de setembro de 1946 foi promulgada a quinta Constituição brasileira, a quarta republicana. Com 218 artigos, manteve a denominação Estados Unidos do Brasil. O Congresso foi dividido em duas casas. O mandato do Presidente da República foi estabelecido em cinco anos. A eleição do Presidente e Vice seria simultânea, ou seja, não formariam uma chapa, seriam escolhidos separadamente pelo eleitor.

(Marco Antonio Villa. A história das Constituições brasileiras, 2011)

A experiência política brasileira derivada da Constituição citada pode ser exemplificada pela:

- A) concentração das decisões políticas no poder executivo em prejuízo dos poderes legislativos e judiciários.
- B) alternância no poder central de políticos apoiados pelos governadores do conjunto dos estados da Federação.
- C) predominância eleitoral de partidos políticos representantes das classes de assalariados rurais.



D) mudança, no governo federal, de um candidato eleito por um partido conservador para um político ligado a sindicatos de trabalhadores.

E) censura regular às manifestações de industriais que se opunham aos governos federal e estaduais.

Comentários

Com o final do regime autoritário do Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas, novas eleições se realizaram e contaram com a vitória do general Eurico Gaspar Dutra. Além disso, deputados federais e senadores foram eleitos para a elaboração de uma nova Constituição.

Em 02 de fevereiro de 1946 foi instalada uma Assembleia Constituinte que, após 7 meses de trabalho, promulgou a nova Carta Magna Brasileira. De caráter **liberal**, ela atendia mais aos interesses empresariais do que aos interesses dos trabalhadores. Dentre as suas principais características, podemos destacar: democracia como regime político da nação, república como forma de governo, federalismo como forma de Estado e presidencialismo como sistema de governo; independência entre os três Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário); voto secreto e universal para maiores de 18 anos (à exceção dos analfabetos, cabos e soldados); direitos trabalhistas (direito de greve e outros direitos que existiam desde a Era Vargas); mandatos eletivos (presidencial: 5 anos, sem reeleição; deputados: 4 anos, com reeleição; senadores: 8 anos).

Outro aspecto que deve ser destacado é que, no caso das eleições presidenciais, elas ocorreriam de forma simultânea, ou seja, não seria eleita uma chapa única, com dois candidatos de uma mesma origem política. Por sua vez, as eleições aconteceriam de forma separada, sendo que os eleitores votariam para o presidente e para o vice-presidente. Tal ponto representou, anos mais tarde, em 1961, uma crise institucional após a renúncia de Jânio Quadros (político do Partido Democrata Cristão, apoiado pela UDN), após somente 7 meses de governo.

Para sucedê-lo, de acordo com a Constituição de 1946, a presidência deveria ser passada para o seu vice, João Goulart (do PTB e ligado aos movimentos de trabalhadores e sindicatos). Contudo, procurou-se impedir a posse de Jango, devido ao seu alinhamento com o comunismo (como alegavam seus opositores políticos). Neste cenário, a solução encontrada – e aceita por Jango – foi implementar o sistema parlamentarista, no qual o então presidente tomaria a posse, contudo, não possuiria poderes de fato.

Este quadro de crise institucional constituiu uma grave crise política, que perdurou por anos e resultou, em 1964, na **deposição** de João Goulart e no início do golpe militar que perduraria até o ano de 1985, no qual uma série de direitos políticos, sociais e humanos seriam suprimidos; a violência, tortura e a morte contra opositores seria amplamente utilizada e as perseguições seriam práticas comuns ao longo de duas décadas.

Gabarito: D

6. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2019)

Brasil Eu Fico

Minas Gerais, uai, uai

São Paulo, sai da frente!



Guanabara, como é que é?
Bahia, oxente!
E os meus irmãozinhos lá do norte?
Este é o meu Brasil
Cheio de riquezas mil
Este é o meu Brasil
Futuro e progresso do ano 2000
Quem não gostar e for do contra
Que vá prá...
[...]

(<https://www.letras.mus.br/wilson-simonal/1803895/brasil-eu-fico-print.html>)

A canção foi composta por Jorge Ben e gravada pelo cantor Wilson Simonal em dezembro de 1970. A música expressava

- A) a conjuntura histórica de agitações sociais, derivada da crise do milagre econômico patrocinado pelo Estado.
- B) a visão de uma nação com graves desigualdades regionais, caracterizada pelo crescimento desigual da economia.
- C) a oposição dos artistas ao regime militar, expressa em uma linguagem de fácil entendimento popular.
- D) a oposição à falsa liberdade democrática do momento, propagandeada pelos slogans governamentais.
- E) a ideologia do desenvolvimentismo econômico do governo, mesclada de um otimismo nacionalista.

Comentários

A canção “Brasil, eu fico” dialoga diretamente com a História do Brasil Republicano em decorrência de um aspecto em particular: ao nos apresentar um **otimismo nacionalista e patriótico**, a música, composta por Jorge Ben e gravada por Wilson Simonal no início da década de 1970, apresenta-se como uma forma de adesão à Ditadura Militar Brasileira, que vigorou entre os anos de 1964 e 1985.

Como aspecto fundamental para a melhor compreensão da questão, é preciso que se tenha em mente que ela foi composta durante o governo do militar Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), no qual o *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o” foi utilizado para enaltecer o governo e o patriotismo.

Em resposta a isso, os artistas responsáveis pela música ficaram conhecidos como **adesistas**, uma vez que aderiram ao movimento artístico-cultural que se mostrou favorável ao regime militar. Como podemos observar ao longo da letra, a música ressalta as “riquezas mil” do Brasil, símbolo do futuro e do progresso, sendo que as pessoas que não gostassem deveriam se retirar do país (este ponto coincide diretamente com o slogan brasileiro elaborado por Médici).



Durante os anos militares, muitos artistas produziram músicas com conteúdo político **contrário** à Ditadura, como no caso de Chico Buarque, Caetano Veloso e Geraldo Vandré, enquanto outros produziam músicas de adesão ao regime, como é o caso da música citada anteriormente, composta por Jorge Ben e interpretada por Wilson Simonal.

Outro aspecto importante a ser destacado neste contexto é a situação político-econômica pela qual o Brasil passava: entre o final da década de 1960 e o início de 1970 vivenciávamos o chamado **milagre econômico brasileiro**, ou apenas milagre brasileiro, período que se refere aos anos em que o presidente Emílio Garrastazu Médici governou o país (1969-1974), ainda sob o regime ditatorial. Tal período é marcado por um significativo crescimento econômico enquanto resultado da grande circulação de capitais estrangeiros, sobretudo em decorrência do contexto da Guerra Fria, disputa ideológica iniciada com o pós-Segunda Guerra Mundial, a partir de 1945, e que perdurou até 1991, com a dissolução da União Soviética.

Sob o comando de Delfim Neto, então ministro da Fazenda, que defendia que “o bolo da economia deveria crescer para, depois, ser dividido”, a economia brasileira cresceu a elevados índices anuais, resultado do desenvolvimento industrial, do crescimento das exportações e da utilização de empréstimos do exterior.

Em meio a este cenário, o desenvolvimento econômico durante o governo Médici foi amplamente utilizado como uma forma de enaltecer o regime militar, responsável pelo sucesso econômico pelo qual o país passava e que, segundo era divulgado, resultava na melhoria da qualidade de vida da população.

Porém, o período de prosperidade foi passageiro, visto que era pautado em condições externas favoráveis, algo que não durou muito tempo em virtude da chamada **crise do petróleo** (1973): o preço do petróleo aumentou significativamente, dada a descoberta de que o produto era um recurso natural **não renovável**. Ao longo da década de 1970, o preço variou de forma estrondosa, tendo aumentado em cerca de 400% sobre o valor que o produto era, até então, comercializado.

A inflação começou a subir e a dívida externa brasileira cresceu de maneira exorbitante. O governo militar foi perdendo, então, sua sustentabilidade e as oposições ganharam corpo, fazendo com que a população passasse a se manifestar contrariamente à ditadura, tanto de forma política quanto cultural, com manifestações de artistas e intelectuais brasileiros.

(Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2405200418.htm>).

Gabarito: E



PROVA 2018

1. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2018)

Enfrentando muitas pressões no contexto da Guerra Fria, os países da América Latina, na década de 1950, resolveram se organizar e criar uma política de mais independência daquela proposta pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que estava sob o controle e hegemonia dos interesses dos Estados Unidos. Assim, Brasil, Chile e México organizaram uma reunião que resultou na criação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que tinha por objetivo

A) controlar a entrada de capitais estrangeiros, impedindo que as multinacionais instalassem suas fábricas nos países latino-americanos.

B) traçar uma política comum de defesa dos interesses latino-americanos para o comércio e criar estímulo ao desenvolvimento pela industrialização.

C) expandir os acordos internacionais na América Latina, para consolidar, com os demais países, uma política de isolamento dos Estados Unidos na OEA.

D) estabelecer acordos comerciais diretamente com países europeus e fechar as fronteiras para os produtos industrializados norte-americanos.

E) estimular a produção agrícola e pecuária na América Latina, para fortalecer a economia de exportação, garantindo uma balança comercial favorável.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois um dos objetivos da CEPAL é contribuir para o reforço das relações econômicas dos países da área, tanto entre si como em relação às demais nações do planeta.

A alternativa B está correta, sendo que a CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile, e foi fundada em 1948 para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social. Para entender a contribuição da CEPAL à historiografia das ideias econômicas deve-se ter consciência de que se trata de um corpo teórico específico, concebido para ser aplicado às condições históricas da “periferia” latino-americana.

A alternativa C está incorreta, de modo que para o desenvolvimento de suas atividades, a CEPAL conecta-se com os diversos organismos especializados da ONU, governos de cada um dos Estados-membros, FMI, BID, OEA, universidades, instituições acadêmicas, ONGs, organizações sindicais e empresariais, para a concretização dos projetos de desenvolvimento estrutural da região.

A alternativa D é falsa, pois atualmente todos os países da América Latina e Caribe, e também alguns da América do Norte e Europa, que mantenham fortes vínculos históricos, econômicos e culturais com a região fazem parte da CEPAL. Assim, são 44 os Estados-membros e 8 associados,



que ganham este status por ainda não se constituírem em nações independentes. Os Estados-membros são: Alemanha, Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

A alternativa E também é falsa, de modo que a ideia de balança comercial favorável de aplica ao modelo mercantilista, empregado pelas nações europeias durante a era moderna, das quais temos o melhor modelo Portugal e Espanha com seus projetos colonizadores que visavam o crescimento da metrópole.

(CEPAL, 2012; CEPAL, 2019).

Gabarito: B

2. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2018)

Depois da Segunda Guerra Mundial, mas principalmente a partir da década de 1990, a economia que passou progressivamente a prevalecer internacionalmente no mundo foi

- A) o fim dos incentivos dados ao setor financeiro.
- B) a implantação do Estado de bem-estar social.
- C) a abertura plena das fronteiras econômicas.
- D) a criação de blocos econômicos.
- E) o controle da economia pelo Estado nacional.

Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que programas de incentivo ao setor financeiro durante o século XX e o início do século XXI passaram por períodos de flutuação, mas não se pode afirmar o fim desses incentivos após a década de 1990. O fato é que o modelo econômico das Nações com predominância capitalista tende a optar por um modelo liberal, baseado na alto-regulação do mercado, na livre concorrência, etc., mas em diversos casos o fluxo e a dinâmica do mercado acabam transformado as bases econômicas, e é quando se abeiram as crises. Nesses momentos os Estados são obrigados a tomar medidas com relação à economia, para que continue o fluxo de giro do capital. Foi o que aconteceu nos EUA e Europa, por exemplo, na passagem para a segunda década deste século.

A alternativa B também é falsa, pois foi na década de 1930 que o Estado do Bem-Estar Social começou a ser implementado, sendo após a Segunda Guerra Mundial que ele se fez mais presente, quando países do eixo capitalista se organizaram pela reestruturação da economia ocidental, devastada pelos horrores da guerra. A partir de então, o contexto era outro. Impulsionado pela ideia de cidadania e pelas pressões dos sindicatos trabalhistas por melhores condições o Estado de Bem-Estar Social, também conhecido como Estado Providência, passou a defender o desenvolvimento econômico e social através do mercado, mas também, e sobretudo, rompendo



com a lógica liberal, passou a tomar para si a responsabilidade pela proteção social dos cidadãos e por grandes investimentos e obras, comprometendo-se a garantir educação pública, assistência à saúde, transporte, seguro-desemprego, etc., o bem-estar econômico e social da população.

A alternativa C está incorreta, apesar que na década de 1990 as grandes transformações em todo o planeta, com o desenvolvimento das comunicações, dos transportes, de novas tecnologias, novas formas de produção, a “vitória” do capitalismo, o aumento dos volumes de comércio, entre outros fatores, que impuseram uma nova dinâmica ao contexto internacional, não se pode dizer de uma abertura plena das fronteiras econômicas. Uma abertura plena das fronteiras econômicas exigiria um modelo de substituição econômica de diversos países, inclusive do Brasil, que traz um longo trajeto protecionista.

A alternativa D está correta, pois o fenômeno da globalização fez com que o mercado internacional se tornasse bastante competitivo, forçando uma disputa por mercados em âmbito global onde só os mais fortes prevalecem. Muitos países, com o intuito de se fortalecer economicamente, unem-se para alcançar mercados e verticalizar a sua participação e influência comercial no mundo. A criação de blocos econômicos estreitou as relações econômicas, financeiras e comerciais entre os países que compõem um determinado bloco econômico. O MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) foi fundado em 1991, constituído por Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, países da América do Sul que buscam a integração e o fortalecimento econômicos dos países-membros. A União Europeia (UE) foi instituída no final dos anos 50, embora tenha sido oficializada somente em 1992, os países que fazem parte são: Alemanha, França, Reino Unido, Irlanda, Holanda, Bélgica, Dinamarca, Itália, Espanha, Portugal, Luxemburgo, Grécia, Áustria, Finlândia e Suécia, nesses países corre uma moeda única, o euro, com exceção da Dinamarca (coroa dinamarquesa), Suécia (coroa sueca) e Reino Unido (libra esterlina). Existem outros órgãos comerciais, como por exemplo, a OMC (Organização Mundial do Comércio), que integram todos os países que participam do comércio internacional, essas instituições têm como objetivo fiscalizar e mediar as relações comerciais para que não haja partes favorecidas.

A alternativa E também está incorreta, pois a década de 1990 impulsionou a forte tendência neoliberal, que visa a diminuição do Estado nacional, a não-intervenção, o enfraquecimento dos dispositivos de controle e de regulação econômica. Trata-se da concepção neoliberal de subordinação irrestrita à dinâmica do mercado.

(GORENDER, 1995; SANTOS, 2009; CERQUERIA E FRANCISCO, 2019).

Gabarito: D

3. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2018)

Leia a canção a seguir.

Pode ir armando o coreto

E preparando aquele feijão preto

Eu tô voltando (...)

Leva o chinelo pra sala de jantar

Que é lá mesmo que a mala eu vou largar

Quero te abraçar, pode se perfumar



Porque eu tô voltando (...)

(Tô Voltando. Maurício Tapajós/Paulo César Pinheiro)

Essa canção simbolizou um determinado momento da história brasileira, que foi

- A) a concessão de perdão político pelo governo militar, em março de 1964, aos 283 marinheiros e fuzileiros navais acusados de rebelião.
- B) a regularização da situação dos estrangeiros que entraram no país até 1o de fevereiro de 1990, por meio da Lei da Anistia Imigratória.
- C) a luta pela democracia e contra a ditadura, com o retorno dos exilados a partir do movimento pela anistia, nos anos de 1978 e 1979.
- D) a aprovação do perdão, em 1930, concedida aos militares dos levantes de 1922 e 1924, conhecidos como Revolta dos Tenentes.
- E) o decreto de anistia assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 1945 libertando 563 militantes mantidos na prisão pelo Estado Novo.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois o episódio ocorrido em março de 1964 foi que cerca de 2 mil marinheiros se reuniram na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para comemorar o segundo aniversário da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. O ato contou com a presença de sindicalistas, líderes estudantis, de Leonel Brizola e do marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata de 1910. A entidade era considerada ilegal pela Marinha. Então, o ministro Silvío Mota enviou um contingente de fuzileiros para prender os marujos reunidos na sede do sindicato. O movimento só foi sufocado quando tropas do Exército cercaram o prédio e prenderam os rebelados. No dia 28 de março, Jango substituiu o ministro e mandou libertar os marinheiros. A rebelião e a posterior anistia foram recebidas por boa parte da oficialidade da Marinha como quebras da disciplina e da hierarquia, o que fortaleceu os setores golpistas das Forças Armadas e contribuiu para o isolamento de Jango. Três dias depois, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (MG), mandaria sua tropa marchar em direção ao Rio, precipitando o golpe que vinha sendo articulado por generais, empresários e governadores de oposição ao governo Jango com apoio dos Estados Unidos.

A alternativa B também é incorreta, pois é na década de 1990 se iniciam as mobilizações em torno da atualização da legislação migratória brasileira, sendo que a nova Lei de Migração só foi sancionada em 2017, e ainda assim sem anistia.

A alternativa C está correta, pois a partir de 1974, sob a tutela do general-presidente Ernesto Geisel (1974-1978), teve início o processo de abertura política lenta, gradual e segura, que se consolidou durante o mandato do general Figueiredo (1979-1985). Como parte do projeto de distensão política, em 1979 foi decretada uma ampla e geral anistia incluindo os crimes conexos e o retorno dos anistiados aos seus postos e funções através da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, regulamentada pelo Decreto nº 84.143, de 31 de outubro do mesmo ano. Posteriormente, a Constituição de 1988, nos arts. 8º e 9º e seus parágrafos, do Ato das Disposições Constitucionais



Transitórias, concedeu anistia, ampliando-a ainda mais, inclusive fazendo retroagir os atos por ela abrangidos a 18 de setembro de 1946, isto é, até à data da Constituição de 1946. Dadas a sua extensão e as inumeráveis controvérsias que ela ensejou, ainda hoje, decorridos mais de dez anos, muitos pleitos judiciais pendem de solução, submetidos ao julgamento do Poder Judiciário.

A alternativa D é falsa, pois em 1929 o Tenentismo passa a participar da Aliança Liberal, com exceção de Luís Carlos Prestes, que em maio do mesmo ano aderiu ao comunismo. A Aliança Liberal, que era formada por representantes do Rio Grande do Sul e Minas Gerais, pregava a justiça trabalhista, o voto secreto e o voto feminino. Teve o apoio de intelectuais da época como José Américo de Almeida, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Virgílio Alvim de Melo Franco, Afrânio de Melo Franco, Júlio de Mesquita Filho, Plínio Barreto e Pedro Ernesto, de membros das camadas médias urbanas, na época chamadas de classes liberais que se opunham às Classes Conservadoras formadas pelas associações comerciais e fazendeiros. No Rio Grande do Sul, o grande articulador da Aliança Liberal foi Osvaldo Aranha. Entretanto, com o assassinato de João Pessoa, vice-presidente e do então candidato Getúlio Vargas, iniciou-se um movimento armado no país contra Washington Luís, que foi deposto no dia 24 de outubro, impedindo assim a posse de Julio Prestes. Terminava desta forma a República Velha e tinha início a chamada “Era Vargas”. Vale dizer ainda, acerca da força do movimento tenentista, que quase todos os comandantes militares do golpe militar de 1964 eram ex-tenentes de 1930 como Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel, Eduardo Gomes, Castelo Branco, Médici, Juraci Magalhães e Juarez Távora. A visão golpista, o estado centralizado, o autoritarismo paternalista e o exercício da força para garantir a estabilidade do governo, característicos do tenentismo na década de 1930, foram então postos em prática. O Tenentismo continuou até quando morreram os seus membros, ou seja, em torno de 1970.

A alternativa E é incorreta, apesar que de fato em 18 de abril de 1945 Getúlio Vargas assinava um decreto-lei que anistiava os últimos seiscentos presos políticos da ditadura do Estado Novo, entre eles o senador Luiz Carlos Prestes, os deputados federais Carlos Marighella e Gregório Bezerra e o vereador Agildo Barata, é falso, porém relacionar o trecho da canção supracitada com esse episódio da história brasileira, uma vez que a letra foi composta em 1979.

(FGV-CPDOC; SILVA, 2009; DELFIM, 2017; ESTADÃO, 2019; MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2019)

Gabarito: C

4. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2018)

A seguir estão trechos de Constituições brasileiras.

I. Art. 14 A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...).

II. Art. 70 São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, que se alistarem na forma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados:

(...) 2º Os analfabetos; (...).



III. Art. 131 São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 132 Não podem alistar-se eleitores:

I – os analfabetos; (...).

Art. 133 O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

É correto afirmar que os trechos das Constituições citados correspondem, na ordem I, II e III, aos contextos históricos:

A) 1954 – Retorno de Getúlio Vargas ao poder; 1964 – Golpe Militar; 1891 – República Oligárquica.

B) 1935 – Intentona Comunista; 1932 – Revolução Constitucionalista; 1969 – Ato Institucional nº 5.

C) 1996 – Governo neoliberal; 1930 – Golpe de Estado; 1989 – Abertura Política.

D) 1934 – Estado Novo; 1957 – Governo Populista; 1967 – Governo Militar.

E) 1988 – Redemocratização; 1891 – Início da República; 1946 – Fim do Estado Novo.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois em 1954 e em 1964 não houve promulgação ou outorga de Constituições. Em todo caso, de fato em 1891 era promulgada a primeira Constituição Republicana do Brasil.

A alternativa B também é falsa, pois em 1935, em 1932 e em 1969 não houve promulgação ou outorga de Constituições.

A alternativa C também é falsa, pois em 1996, em 1930 e em 1989 não houve promulgação ou outorga de Constituições.

A alternativa D também é falsa, pois em 1957 e em 1967 não houve promulgação ou outorga de Constituições. Além disso, em 1934 foi promulgada a segunda Constituição republicana do país, enquanto que a Constituição que implantou o Estado Novo é de 1937.

A alternativa E é a resposta certa.

A Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais. A nova Carta consagrou cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais, concedendo direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 a 17 anos. Estabeleceu também novos direitos trabalhistas, como redução da jornada semanal de 48 para 44 horas, seguro-desemprego e férias remuneradas acrescidas de um terço do salário.

A Constituição de 1891 é a primeira Constituição republicana do Brasil, que promoveu instituição da forma federativa de Estado e da forma republicana de governo; estabelecimento da independência dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; criação do sufrágio com menos



restrições, impedindo ainda o voto aos mendigos, analfabetos, mulheres e menores de 21 anos; separação entre a Igreja e o Estado, não sendo mais assegurado à religião católica o status de religião oficial; e instituição do *habeas corpus* (garantia concedida sempre que alguém estiver sofrendo ou ameaçado de sofrer violência ou coação em seu direito de locomoção – ir, vir, permanecer –, por ilegalidade ou abuso de poder).

A Constituição de 1946 foi a quarta Carta após a Proclamação da República em 1889 e a quinta Constituição do Brasil. Entre as medidas adotadas, estão o restabelecimento dos direitos individuais, o fim da censura e da pena de morte. A Carta também devolveu a independência ao Executivo, Legislativo e Judiciário e restabeleceu o equilíbrio entre esses poderes, além de dar autonomia a estados e municípios. Outra medida foi a instituição de eleição direta para presidente da República, com mandato de cinco anos. As demais normas estabelecidas por essa Constituição foram: incorporação da Justiça do Trabalho e do Tribunal Federal de Recursos ao Poder Judiciário; pluralidade partidária; direito de greve e livre associação sindical; e condicionamento do uso da propriedade ao bem-estar social, possibilitando a desapropriação por interesse social. Essa Constituição manteve o direito das mulheres ao voto e a idade mínima de 18 anos, sendo obrigatório.

(SENADO; PONTUAL, 2019).

Gabarito: E

5. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2018)

(...) foi o primeiro veículo de comunicação a chegar às residências e aos locais de trabalho. Por causa de seu enorme impacto no dia a dia dos brasileiros, Getúlio impôs o controle das informações transmitidas (...) durante o Estado Novo. Nem tudo podia ser dito, e a forma de dar a notícia também era pensada com cuidado, para evitar que a voz da oposição chegasse aos brasileiros. Interesses políticos e comerciais sempre interferiram nos meios de comunicação.

(Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br>. Acesso em: 14.08.2018. Adaptado)

A qual meio de comunicação o texto faz referência?

- A) Rádio.
- B) Televisão.
- C) Jornal.
- D) Revista.
- E) Telefone.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa. Com o objetivo de aperfeiçoar e ampliar as atividades do Departamento Nacional de Propaganda, Vargas criou, em dezembro de 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda. A partir da criação do DIP, todos os serviços de propaganda e publicidade



dos ministérios, departamentos e estabelecimentos da administração pública federal e entidades autárquicas passaram a ser executados com exclusividade pelo órgão, que também organizava e dirigia as homenagens a Vargas, constituindo o grande instrumento de promoção pessoal do chefe do governo, de sua família e das autoridades em geral. O DIP tornou-se o órgão coercitivo máximo da liberdade de pensamento e expressão durante o Estado Novo e o porta-voz autorizado do regime. No caso, competia à divisão de rádio, de acordo com regulamento do DIP, levar aos ouvintes radiofônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da radiodifusão oficial, tudo o que lhes pudesse fixar a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios, fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras a serem musicadas e organizar o programa Hora do Brasil.

A alternativa B é falsa, pois foi só em 1950 que a televisão chegou ao Brasil, trazida pelo jornalista e empresário Assis Chateaubriand, sendo ainda muito restrita aos que podiam pagar o artigo de luxo. Ao passo que o Estado Novo vigorou de 1937 a 1945.

A alternativa C é incorreta, apesar do jornal ter permanecido sob a intervenção do DIP até o final do Estado Novo (1937-1945), não é correto dizer que o trecho citado faz referência ao jornal, especialmente porque não tinha tanta amplitude do que o rádio, mesmo sendo o jornal um meio de comunicação mais antigo no Brasil, sendo que o rádio era só ligar e ouvir, atingindo até mesmo o grande contingente de analfabetos.

A alternativa D também é incorreta, pois, assim como o jornal, as revistas tinham menos amplitude do que o rádio, pelo próprio fato do rádio ser mais acessível ao grande contingente de analfabetos do país. E, além disso, o rádio poderia ser ouvido em casa, no trabalho, na rua, etc., não necessitando do tempo de dedicação e atenção exigidos pelo jornal e a revista.

A alternativa E também é falsa, uma vez que o telefone na época, além de ser um artigo que poucos tinham acesso, era também simples, destinado apenas a telefonemas comuns e dependia das centrais telefônicas, operadas por telefonistas que conectavam manualmente os telefones dos usuários.

(FGV-CPDOC; ARAÚJO, 2017).

Gabarito: A

6. (VUNESP - Soldado - PM-SP / 2018)

Observe a figura.





Na década de 1970, durante o regime militar, ocorreram manifestações da população negra em importantes cidades do Brasil. Entre essas manifestações, havia a do Movimento Negro Unificado que tinha como principal foco de sua luta

- A) a implantação progressiva e gradual da democracia racial no Brasil.
- B) igualar os direitos dos negros brasileiros às conquistas dos negros dos EUA.
- C) o fim da marginalização social, segregação econômica e violência racial.
- D) a reprovação das guerrilhas dos negros no Apartheid na África do Sul.
- E) a revisão histórica para diferenciar as raças e suas contribuições à nação.

Comentários

A alternativa A está incorreta, uma vez que o Movimento Negro Unificado via a democracia racial como um mito, pois observavam essa experiência deveria ocorrer primeiro em âmbito pessoal, para em seguida se transformarem em formas de luta para a sensibilização de outros negros e de brancos. Com relação às experiências de âmbito pessoal destacam-se, de um lado, a consciência da negritude (reconhecer-se e valorizar-se como negro) e, de outro, a consciência da discriminação em uma sociedade na qual a inferiorização do negro se dá de forma muitas vezes velada e sutil. É interessante verificar que, nos anos 70, muitas vezes a consciência da negritude em âmbito pessoal se mescla com uma tomada de posição política, levando a atitudes que, nos dias de hoje, possivelmente já não têm o mesmo peso. Como o simples ato de comprar uma revista.

A alternativa B também está incorreta, pois não se tratava de uma tentativa de se igualar aos direitos dos negros estadunidenses, pois as condições de discriminação eram diferentes, mas tratava-se mais de uma inspiração nas marchas e movimentações promovidas por eles. Completa

esse argumento o fato de as Constituições brasileiras elaboradas a partir da abolição da escravidão nunca terem diferenciado os cidadãos por raça ou cor, ao contrário do que acontecia nos EUA e na África do Sul. Essas influências, portanto, foram aparecendo em momentos específicos e produzindo resultados determinados, ora contribuindo para a formação da consciência negra, ora transformando-se em forma de luta.

A alternativa C é a resposta certa, pois um dos marcos principais de inauguração do movimento que se constituiu nos anos 70 e 80 foi o ato público contra o racismo, em 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. Esse ato acabou resultando na formação, no mesmo ano de 1978, do Movimento Negro Unificado (MNU), entidade que existe até hoje e cuja formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de “movimento negro” como designação genérica para diversas entidades e ações a partir daquele momento. O MNU reeditava e ampliava a pretensão dos ativistas da primeira grande organização negra pós-abolição. A militância negra dos anos 70 criou um movimento amplo, de caráter nacional, não só de combate ao racismo, mas de luta a favor de uma sociedade justa e igualitária.

A alternativa D também está incorreta, de modo que esses movimentos se inserem no panorama internacional de lutas por direitos civis das minorias no contexto maior das chamadas lutas étnicas. Que, em outros casos, assumiram e assumem ainda hoje a feição de verdadeiras “guerras” étnicas. O MNU surgiu e iniciou sua atuação no bojo e como parte do processo de luta política organizada contra a ditadura militar instalada no Brasil em 1964. Após um período de mais de 20 anos em que a repressão e a censura impediram o debate público da questão das relações raciais, junto ou dentro do processo de abertura política, de cuja conquista a militância negra participava, ressurgia o movimento e, mais que o debate da questão, a denúncia do racismo e da desigualdade social de base racial.

A alternativa E também está incorreta, ao passo que a ideia de raça se estende a toda a raça humana, sem distinções. Enquanto que etnia determina as características de um grupo por seus aspectos socioculturais. Apesar de o termo raça ser utilizado no senso comum, é incorreto afirmar que a espécie humana possui diferentes raças, uma vez que o DNA entre pessoas com diferentes características físicas varia em menos de 0,1%. Para a Ciência, isto não justifica a criação de subespécies ou subcategorias de seres humanos.

(ALBERTI; PEREIRA, 2005; FGV-CPDOC; MOTTA-MAUÉS, 2009; MACHADO; BEZERRA, 2019).

Gabarito: C

REFERÊNCIAS USADAS NOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

ALBERTI, Verena ; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro e "democracia racial" no Brasil: entrevistas com lideranças do movimento negro.** Rio de Janeiro : CPDOC, 2005. 15f.



CEPAL. **Nota Informativa:** O que é a CEPAL?. 2012. Trigésimo quarto período de sessões da CEPAL. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pses34/noticias/paginas/3/47203/hojainformativa-CEPAL-pt.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2019.

CEPAL: Estado Membros. Estado Membros. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/estados-miembros>>. Acesso em: 16 maio 2019.

CERQUERIA E FRANCISCO, Wagner de. **Formação de blocos econômicos;** *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/formacao-blocos-economicos.htm>>. Acesso em 16 de maio de 2019.

DELFIN, Rodrigo Borges. **Nova Lei de Migração é sancionada, mas vetos derrubam anistia e outros 19 pontos.** 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-mas-vetos-derrubam-anistia-e-outros-19-pontos/>>. Acesso em: 16 maio 2019.

ESTADÃO. **Tenentismo:** Movimento político militar (início da década de 1920). Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,tenentismo,893,0.htm>>. Acesso em: 16 maio 2019.

FGV-CPDOC; ARAÚJO, Rejane. **DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda.** 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/DIP>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC; MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. **MOVIMENTO NEGRO.** 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/ACERVO/dicionarios/verbete-tematico/movimento-negro>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC; SILVA, Evandro Lins e. **Anistia.** 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/AcerVO/dicionarios/verbete-tematico/anistia>>. Acesso em: 16 maio 2019.

GORENDER, Jacob. Estratégias dos Estados nacionais diante do processo de globalização. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 9, n. 25, p.93-112, dez. 1995. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40141995000300007>.

MACHADO, Emerson; BEZERRA, Juliana. **Raça e Etnia.** Disponível em: <<https://www.diferenca.com/raça-e-etnia/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Há 55 anos, anistia a militares enfurecia gerais.** 2019. Disponível em: <<http://www.institutolula.org/ha-55-anos-anistia-a-militares-enfurecia-gerais>>. Acesso em: 15 maio 2019.

SANTOS, Artur Tranzola. Abertura comercial na década de 1990 e os impactos na indústria automobilística. **Frenteira**, Belo Horizonte, v. 8, n. 16, p.107-129, jul. 2009. PUC-MG.

SENADO; PONTUAL, Helena Daltro. **Constituições brasileiras.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras>>. Acesso em: 15 maio 2019.



PROVA 2017

1. (VUNESP 2017 – Soldado PM 2ª Classe)

O presidente dos EUA, Thomas Woodrow Wilson, presidira o comitê que redigiu os 30 artigos do pacto constitutivo da Liga das Nações, projeto de seu coração. O presidente via na Liga das Nações o órgão maior de um sistema de segurança coletiva das nações. Pensou grande, muito além do seu tempo e muito além dos tempos de hoje, a julgar pela experiência da ONU. As demonstrações de impotência da Liga das Nações para coibir o emprego da força foram se acumulando.

(Luiz de Alencar Araripe, “Tratado de Versalhes”. Em: Demétrio Magnoli (org.), História da Paz. São Paulo: Contexto, 2008. Adaptado)

Uma das “demonstrações de impotência” da entidade está corretamente identificada

- A) na tomada da Etiópia pela Itália (1935), caracterizada pelo expansionismo fascista e apoiada por Hitler na geopolítica europeia da época.
- B) na anexação da Polônia pela URSS (1934), uma das marcas do expansionismo soviético que precedeu o início da Segunda Guerra Mundial.
- C) na militarização da Espanha pela França (1937), com o objetivo de conter o expansionismo nacionalista no levante liderado pelo General Franco.
- D) na militarização da Normandia pela Inglaterra (1936), como tentativa de bloquear o possível avanço nazista sobre o norte da França e sobre o Canal da Mancha.
- E) na ocupação da Armênia pela Turquia (1933), o que levou ao chamado “genocídio armênio” no contexto de formação do Estado nacional turco.

Comentários

A alternativa A está correta. A Itália iniciou a invasão da Etiópia em 03 de outubro de 1935. As tropas do general italiano De Bono atacaram a Etiópia, sem formalizar declaração de guerra. Sete meses depois, o imperador etíope, Haile Selassie, deixou o país para se exilar na Inglaterra, consolidando a vitória dos italianos. Quatro dias depois do início dos ataques, a Liga das Nações condenou a agressão da Itália de Mussolini. No entanto, não tomou qualquer medida para reverter a situação. Ficava evidente o fracasso da organização, criada depois da Primeira Guerra para mediar conflitos entre países de forma diplomática. Em 30 de junho de 1936, Haile Selassie foi à Liga das Nações em Genebra denunciar o que ocorria no país e pedir o apoio da comunidade internacional. França e Grã-Bretanha, no entanto, reconheceram o controle italiano da Etiópia, ao que os Estados Unidos da América e a União Soviética se recusaram. Sob domínio do Estado fascista, ficou proibida a miscigenação e foram impostas políticas segregacionistas no território etíope. Mussolini manteve seu domínio sobre a Etiópia até 1941, quando foi obrigado a ceder às pressões britânicas e abandonar o território.



A alternativa B está incorreta, uma vez que a Polônia foi invadida pela Alemanha Nazista e pela URSS em 1939. Esse fato marcou o início da Segunda Guerra Mundial na Europa. Apesar disso, houve um fato importante em 1934, que foi a assinatura do Pacto de Não-Agressão Alemão-Polonês, quando ambos os países se comprometeram a resolver seus problemas através de negociações bilaterais e privaram-se de um conflito armado, por um período de dez anos, o qual foi quebrado em 1939.

A alternativa C também está incorreta, uma vez que as forças nacionalistas, lideradas pelo general Francisco Franco, saíram vitoriosas durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), contando com o apoio da Alemanha Nazista e da Itália Fascista.

A alternativa D também é incorreta, pois ocupação da Normandia, na França, ocorreu em 1944 pelo conjunto das forças aliadas (EUA, Inglaterra e França). Uma frota de mais de três mil barcos transportando 350 mil homens partiu das costas do sul da Inglaterra em direção à Normandia. Os alemães esperavam que a invasão fosse realizada no passo de Calais e foram surpreendidos. Os portos da região foram dominados e, graças à absoluta superioridade aérea e naval, os alemães tiveram que recuar. A partir de então, a dominação alemã sobre a França estava selada.

A alternativa E também é incorreta, pois o “genocídio armênio” ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial, quando o Império Otomano ocupou a região do Cáucaso, ao passo que a Liga das Nações surge em 1919, após a guerra.

(MOTA; BRAICK, 2005; SCHILLING; ROCA, 2013; VAZ, 2013; CARDOSO, 2015).

Gabarito: A

2. (VUNESP 2017 – Soldado PM 2ª Classe)

O fim dos velhos impérios coloniais era previsível e, na verdade, em 1945, considerado iminente na Ásia, mas a futura orientação dos novos Estados pós-coloniais não estava nada clara. Foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu.

(Eric Hobsbawm, *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Adaptado)

Quanto aos exemplos de conflito entre as duas superpotências, é correto identificar

- A) a Ucrânia, em que os países da OTAN e do Pacto de Varsóvia disputaram o acesso ao Mar Negro, principal via de ligação marítima entre a Ásia Continental e o Mar Mediterrâneo.
- B) o Japão, em que Estados Unidos e União Soviética tentaram controlar os rumos políticos do país após a explosão das bombas atômicas, o que prolongou os conflitos do pós-guerra.
- C) a Índia, em que comunistas e liberais indianos lutaram juntos contra o domínio britânico, mas depois se dividiram em choques internos que levaram à guerra civil no país.
- D) o Paquistão, em que os movimentos de libertação nacional se voltaram para o anti-imperialismo e se aproximaram das lutas revolucionárias anticapitalistas.



E) a Coreia, em que os coreanos do norte tiveram o apoio do bloco socialista contra os coreanos do sul, apoiados pelos EUA em um violento confronto que durou cerca de três anos.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois a Ucrânia se tornou uma República Soviética durante boa parte do século XX. Apenas em 1991, com a dissolução da URSS que a Ucrânia conquistou a sua independência, mas boa parte da população do leste da Ucrânia eram favoráveis a relações mais próximas com a Rússia. Já o resto do país, principalmente nas áreas mais a oeste, defendiam uma maior integração com o Ocidente. Desde então, uma série de conflitos internos irradiaram na Ucrânia.

A alternativa B também é incorreta, ao passo que o Japão, após a derrota na Segunda Guerra Mundial, foi obrigado a aceitar todos os termos impostos pelos Estados Unidos, além de o país ter sido ocupado por tropas americanas. Nesse contexto, era necessário reconstruir a nação, que havia sido arrasada durante a guerra. A ocupação americana no Japão foi encerrada em 1952 e, apesar disso, os Estados Unidos mantiveram suas bases militares na ilha de Okinawa. O Japão foi autorizado pelos Estados Unidos a manter uma força de defesa interna composta por, no máximo, 350 mil soldados.

A alternativa C também é incorreta, pois a Índia era dominada pelos britânicos e os movimentos de contestação do domínio inglês começaram a ser contestados ainda no final do século XIX. Mas, de fato, terminada a Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha se deparou com uma contradição: apesar de se autoproclamar defensora dos valores universais, como liberdade e autodeterminação dos povos, haviam subjugado outras regiões, que mantinham como colônias, o que era o caso da Índia. Em 15 de agosto de 1947, a Índia tornou-se independente. Entretanto, a rivalidade religiosa entre a maioria hinduísta e a minoria muçulmana provocou uma partilha territorial. O subcontinente indiano dividiu-se em Índia e Paquistão.

A alternativa D também é incorreta, pois o surgimento do Paquistão se deu após a Independência da Índia, que era colônia britânica. Embora hindus e muçulmanos desejassem a emancipação, os projetos políticos de ambas as vertentes religiosas dominantes na Índia eram divergentes, o que enfraquecia o movimento pela autonomia. Todavia, os britânicos, empobrecidos pela guerra, não conseguiram manter suas colônias. A divisão a ex-colônia fez surgir o Paquistão separado da Índia, que acomodaram muçulmanos e hindus respectivamente. Essa divisão do território foi traumática, provocando massacres e o deslocamento de grande parte da população.

A alternativa E está correta. A Guerra da Coreia (1950-1953) foi um dos símbolos da Guerra Fria, que se iniciou quando tropas norte-coreanas invadiram a Coreia do Sul com o objetivo de unificar a península. Essa guerra foi uma das primeiras manifestações da bipolarização que caracterizou o mundo no período da Guerra Fria. Para contextualizar, deve-se entender que a Península das Coreias foi invadida pelos japoneses em 1910. Com a Segunda Guerra Mundial, os coreanos juntaram-se ao esforço de guerra realizado pelos americanos e passaram a lutar contra os invasores japoneses. Quando os japoneses foram derrotados em agosto de 1945, a parte norte da Coreia encontrava-se ocupada pelas tropas soviéticas que haviam iniciado a luta contra os japoneses na Manchúria. Foi nesse contexto que americanos e soviéticos realizaram a divisão da península entre si, cada qual ocupando-a militarmente e desenvolvendo um regime alinhado aos



seus interesses. Portanto, a Guerra da Coreia foi resultado direto da divisão arbitrária daquela península por EUA e URSS, o que ocorreu durante a Conferência de Potsdam, em julho de 1945.

(VAZ, 2013; SILVA, 2019).

Gabarito: E

3. (VUNESP 2017 – Soldado PM 2ª Classe)

O regresso ao Rio de Janeiro do 1º Escalão da Força Expedicionária Brasileira em 18 de julho de 1945 estava sendo esperado e interpretado como um marco na campanha das forças oposicionistas. O desfile das tropas pelas ruas da cidade seria como uma grande festa da UDN e de seu candidato.

(Angela de Castro Gomes, A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. P. 284-285. Adaptado)

O trecho revela um momento importante da crise do Estado Novo associada ao retorno da FEB, que

A) reforçaria a importância dos militares e da UDN na construção de uma saída negociada para o fim da ditadura, o que levou Getúlio a renunciar e se isolar politicamente, sem estabelecer relação com a cena política que viria a seguir.

B) ressaltaria o vínculo entre os setores de oposição a Vargas e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, na medida em que Vargas tinha sido favorável à entrada na guerra ao lado do Eixo.

C) consagraria a vitória da luta pela democracia e a repulsa à ditadura e a seu presidente, evidenciando a contradição entre uma política externa alinhada com os valores democráticos e uma política interna autoritária.

D) evidenciaria a fraqueza do governo Vargas naquele contexto, dado o fato de que o governo teve poucos recursos para sustentar as tropas na guerra, o que reforçou as sensações de pobreza e precariedade disseminadas à época.

E) consolidaria a aliança entre as elites civis organizadas na UDN, economicamente intervencionistas e socialmente conservadoras, e os militares recém-saídos da guerra, autoritários e com forte inspiração fascista.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois o que levou ao fim do Estado Novo foi a contradição que aumentou quando o Brasil se posicionou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra. Essa contradição se tornava mais evidente durante o conflito, uma vez que a sociedade brasileira vivia sob um regime autoritário e fechado, mas o Estado se aliara às forças democráticas. Esse fato reconduziu o Brasil à democracia. A redemocratização do país mobilizou a sociedade brasileira. Surgiram partidos políticos nacionais que teriam a partir daquele momento, até a década de 1960, grande importância. Foram eles a União Democrática Nacional (UDN), que reunia grande parte das oposições; o Partido Social Democrático (PSD), beneficiário da máquina política do Estado Novo, e, finalmente, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado a partir da base sindical controlada por



Vargas. Enquanto a UDN apoiou a candidatura de Eduardo Gomes, o PSD lançou a do general Eurico Dutra. O PTB inicialmente manteve-se distante dos dois candidatos.

A alternativa B é falsa, uma vez que Vargas não tinha sido favorável à entrada na guerra ao lado do Eixo, mas sim dos Aliados. Contudo, a participação do Brasil na Segunda Guerra de fato ressaltou o vínculo entre os setores de oposição a Vargas. Para fazer frente às pressões e romper o isolamento político, ainda em fevereiro o governo resolveu baixar a Lei Constitucional nº 9, que previa a realização de eleições em data a ser marcada 90 dias depois. Era o primeiro passo para a redemocratização do país. Em maio foi decretado o Código Eleitoral: as eleições para a presidência da República e para o Parlamento Nacional seriam realizadas no dia 2 de dezembro daquele ano, e em maio de 1946 se realizariam as eleições para os governos e assembleias estaduais. De acordo com as regras do jogo, Vargas poderia concorrer às eleições, desde que se desincompatibilizasse do cargo três meses antes do pleito. O presidente, no entanto, afirmava que não tinha interesse em permanecer no poder, como de fato se afastou, voltando apenas na década de 1950.

A alternativa C é a resposta certa. A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das potências aliadas contra o nazifascismo gerou uma contradição, pois na época Getúlio Vargas havia implantado o Estado Novo (1937-1945), que era de forte orientação fascista. Portanto, à medida que os Aliados derrotavam as tropas alemãs e italianas na Europa tornava-se mais clara a contradição de um país que lutava no exterior pela democracia, mas não a praticava internamente. A volta dos brasileiros que combateram na Itália precipitou a queda de Vargas, propiciando a instalação de uma fase de redemocratização.

A alternativa D é falsa, de modo que em 1943, Vargas criou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar ao lado dos Aliados na Itália. Em junho de 1944, cerca de 25 mil soldados brasileiros foram enviados para combater os países do Eixo na Europa. A participação do Brasil na guerra foi particularmente importante no tocante às forças armadas, que iriam desenvolver uma estratégia militar e política a partir da concepção de integração do Brasil no mundo ocidental cristão sob a hegemonia dos Estados Unidos. A criação e a atuação da Escola Superior de Guerra estão intimamente relacionadas com esta nova estratégia.

A alternativa E está incorreta, pois a UDN não era economicamente intervencionista, de modo que eram contrários às políticas estatais empreendidas por Vargas. Além disso, os militares recém-chegados da guerra trouxeram uma visão antiautoritária e antifascista, uma vez que eles foram para a Itália ao lado das potências aliadas lutar contra o fascismo.

(ABREU, 2009; VAZ, 2013; FGV-CPDOC, 2017).

Gabarito: C

4. (VUNESP 2017 – Soldado PM 2ª Classe)

O processo de decompressão do sistema político começara a ser orquestrado em 1975, pelos generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, ambos convencidos de que a ditadura deveria fazer suas escolhas e definir o momento mais conveniente para revogar os poderes de exceção.



(Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. P. 467. Adaptado)

Tal processo se deu com o objetivo de

A) manter a oposição longe do Executivo, de modo a garantir que a transição se realizasse de maneira tutelada, restrita aos círculos civis aliados e sem riscos institucionais.

B) realizar uma abertura política plena, reestabelecendo os direitos políticos e as liberdades civis no tempo mais curto possível, superando a situação autoritária na qual o país se encontrava.

C) sustentar o bipartidarismo do MDB e da Arena na cena política nacional, impedindo, com isso, a legalização de partidos e grupos políticos mais à esquerda, tais como o Partido Comunista.

D) efetivar um projeto de institucionalização da ditadura, de tal forma que os poderes de exceção fossem revogados, mas os militares ficassem no poder por tempo indeterminado.

E) garantir uma abertura política em que os exilados não teriam o direito de voltar ao Brasil, assim como os presos políticos permaneceriam detidos até que se completasse a redemocratização.

Comentários

A alternativa A está correta. Em março de 1974, o general Ernesto Geisel, da ala moderada do Exército, assumiu a presidência da República, anunciando que, ao longo de seu mandato, promoveria a volta à democracia. Mas essa abertura política seria “lenta, gradual e segura”. Nas eleições parlamentares de novembro daquele ano a oposição obteve vitória expressiva, o que demonstrou que os militares perdiam prestígio. Porém, o governo militar entendeu que era necessário silenciar a oposição e contra-atacou com a Lei Falcão, de julho de 1976, que determinava novas regras para a propaganda política. Em 1977, foi decretado ainda o Pacote de Abril, que foi um conjunto de medidas que visavam garantir a maioria dos políticos da Arena (o partido da situação) no Congresso e o controle dos governadores estaduais. O Congresso foi fechado por 14 dias para permitir a mudança da lei eleitoral.

A alternativa B está incorreta, ao passo que em discurso pronunciado no dia 29 de agosto e considerado pela imprensa na época como o mais importante desde o início de seu governo, Geisel definiu de forma mais clara seu projeto político como de “distensão lenta, gradual e segura”. Traduzindo o tradicional binômio “desenvolvimento e segurança”, esse projeto defendia o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável. Ao aplicá-lo, Geisel iria continuar uma política de abertura com frequentes reafirmações de sua autoridade e seu controle sobre o processo em curso.

A alternativa C também está incorreta, de modo que uma outra mudança pró-democracia foi a valorização do pluripartidarismo, em 1979. Com o fim do MDB e da Arena, vários partidos de oposição foram criados ou recriados, entre os quais o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).



A antiga Arena passou a chamar-se Partido Democrático Social (PDS). Mas, apesar da política de distensão, os órgãos de segurança continuaram atuantes nesse período contra as organizações clandestinas, centrando sua ação principalmente sobre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que havia sido menos atingido nos anos anteriores.

A alternativa D é falsa, pois aos poucos, comandado pelo general Geisel, o grupo moderado tomava as rédeas do governo e aceitava a solução da abertura política. Em 1978, o AI-5, que institucionalizou a linha mais dura do regime militar, foi revogado, suspendendo-se oficialmente as cassações políticas, as prisões arbitrárias e a censura prévia.

A alternativa E também está incorreta, ao passo que a Lei da Anistia no Brasil foi promulgada pelo então presidente militar João Baptista Figueiredo, em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social ainda durante a ditadura militar. Essa lei concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares e outros diplomas legais.

(FGV-CPDOC; COUTINHO; GUIDO, 2009; VAZ, 2013; FGV-CPDOC; MOTTA, 2017).

Gabarito: A



REFERÊNCIAS USADAS NOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

ABREU, Alzira Alves de. **FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB)**. 2009. Verbete - FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/forca-expedicionaria-brasileira-feb>>. Acesso em: 15 maio 2019.

CARDOSO, Luisa Rita. **Invasão italiana da Etiópia**. 2015. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/invasao-italiana-na-etioopia/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC. **Queda de Vargas e fim do Estado Novo**. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC; COUTINHO, Amélia; GUIDO, Maria Cristina. **GEISEL, Ernesto**. 2009. Verbete - Biográfico. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/geisel-ernesto>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC; MOTTA, Marly. **Pacote de Abril**. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/PacoteAbril>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Editora Moderna, 2005. 728 p.

SCHILLING, Voltaire; ROCA, André. **Segunda Guerra Mundial: a invasão da Normandia**. 2013. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/educacao/historia/segunda-guerra-mundial-a-invasao-da-normandia,f5d71565418b1410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 maio 2019.

SILVA, Daniel Neves. **Guerra da Coreia; Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/guerra-coreia.htm>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

SILVA, Daniel Neves. **Japão após a Segunda Guerra Mundial; Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilescola.uol.com.br/historiag/japao-apos-segunda-guerra-mundial.htm>>. Acesso em 15 de maio de 2019.

VAZ, Valéria (Ed.). **História: Ser Protagonista**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2013. 1128 p. Volumes 1, 2 e 3.



PROVA 2015

1. (VUNESP 2015 – Soldado PM 2ª Classe)

Mundo lembra 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial

(<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/05/mundo-lembra-70-anos-do-fim-da-segunda-guerra-mundial.html>)

No dia 08 de maio de 2015, ocorreram solenidades em muitos países da Europa relembrando o final da Segunda Guerra Mundial, que durou cerca de 6 anos (1939-1945).

Com relação a essa Guerra Mundial, é correto afirmar que

- A) desencadeou inúmeras alianças entre países, como a Tríplice Entente, que unia França, Portugal e Espanha.
- B) foi o estopim para que ocorresse o avanço político- econômico dos países europeus sobre novos territórios africanos.
- C) possibilitou que alguns países europeus, como a Bélgica e a Grécia, desenvolvessem indústrias bélicas.
- D) teve início com o bombardeio da base naval dos Estados Unidos, no Havaí (Pearl Harbor), por aviões japoneses.
- E) envolveu países Aliados de todos os continentes contra os países do Eixo, dentre eles, Alemanha, Itália e Japão.

Comentários

A alternativa A é falsa, pois a Tríplice Entente foi uma organização bélica que ocorreu durante a Primeira Guerra Mundial e, além disso, as nações que formaram a Tríplice Entente foram França, Reino Unido e Império Russo, que receberam o apoio de outras nações como os EUA, na luta contra a Tríplice Aliança, formada pela Itália, Alemanha e Império Austro-Húngaro.

A alternativa B também é falsa, pois o imperialismo europeu que dividiu o continente africano entre as potências europeias ocorreu desde o século XIX, sem falar das grandes colonizações da era moderna, promovidas principalmente por Portugal e Espanha. Em todo caso, no período da Segunda Guerra Mundial, o engajamento dos africanos nos esforços de guerra tem como plano de fundo a esperança de abertura democrática, o que acabou acontecendo em 1939 quando os Aliados (França, Inglaterra e EUA) declararam guerra ao Eixo fascista (Alemanha, Itália e Japão). Mas, muitos outros africanos ligados às colônias de domínio fascista acabaram sendo recrutados forçadamente em frentes de batalhas na Alemanha, Itália, Líbia, Normandia, no Oriente Médio, na Indochina e na Birmânia.

A alternativa C também é falsa, pois é incorreto dizer que países como a Bélgica e a Grécia, desenvolveram indústrias bélicas. Por outro lado, os países do Eixo que se desenvolveram belicamente em escala altíssima, como Japão, Alemanha e Itália, após a Segunda Guerra Mundial,



tornaram-se as duas grandes histórias de sucesso econômico dos últimos quarenta anos. A sorte para a economia desses dois países foi terem perdido a Guerra pois, em consequência disso, voltaram-se para conquistas civis, não militares. Foram obrigados pelos vencedores a limitar seus gastos militares e a canalizar as energias para o êxito civil. Desta forma, houve capital disponível para a indústria civil.

A alternativa D também é falsa, pois quando ocorreu o bombardeio da base naval dos Estados Unidos, no Havaí (Pearl Harbor), por aviões japoneses, a guerra já estava em curso. O Japão, que já estava em Guerra contra a China desde 1937, aproximou-se da Alemanha e ocupou a Indochina. Preocupados com o avanço nipônico, os EUA suspenderam o comércio com o Japão. Em 1941, o Japão atacaria a base naval de Pearl Harbor (EUA), forçando os EUA a entrarem na Guerra, apesar de os Estados Unidos terem assinados a Carta do Atlântico com os aliados meses antes, evitando entrar no conflito.

A alternativa E é a resposta certa. Na Segunda Guerra Mundial, a organização bélica das Nações foi dividida em dois grandes blocos: os países Aliados e os países do Eixo. Entre os Aliados estavam: Reino Unido, França, EUA, URSS, Canadá, Brasil, entre outros. Já as Potências do Eixo eram: Itália, Alemanha e Japão, as principais, podendo incluir Bulgária, Hungria, Roménia, Finlândia, Tailândia, Croácia, Eslováquia, entre outros.

(RESENDE, 2011; BUSSUNDA, 2019; GALBRAITH, 2019; SANTANA, 2019).

Gabarito: E

2. (VUNESP 2015 – Soldado PM 2ª Classe)

Analise a charge.



A respeito do período de confrontos representado na charge, é correto afirmar que

- A) um dos principais eventos do período foi a extinção de organizações internacionais como a Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte).
- B) o período teve seu apogeu no final da década de 1990, quando os Estados Unidos começaram as invasões do Irã e do Iraque.

- C) o maior embate do período ocorreu quando os países europeus romperam o acordo de paz com os Estados Unidos e fundaram a União Europeia.
- D) o período teve momentos de grande tensão política e ideológica, que envolveram conflitos como a Guerra do Vietnã e a Revolução Cubana.
- E) a disputa teve seu encerramento na década de 1970, quando a então União Soviética aceitou o predomínio espacial estadunidense.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois em 1949 representantes dos EUA, Canadá e alguns países da Europa Ocidental fundaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Essa Organização Internacional nascia como uma aliança militar que reuniria as forças armadas dos países membros para defendê-los de um possível ataque soviético.

A alternativa B também está incorreta, pois a Guerra Fria se iniciou com o fim da Segunda Guerra Mundial, quando as duas principais potências mundiais, EUA e URSS, começaram a disputar a soberania e a intervenção de países que foram afetados pela guerra. Além disso, a alternativa é incorreta porque a URSS se dissolveu em 1991.

A alternativa C é falsa, uma vez que o bloco econômico da União Europeia foi criado em 1992 para estabelecer uma cooperação econômica e política entre os países europeus. Ao passo que a Guerra Fria teve seu início após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A alternativa D está correta. A Guerra do Vietnã ocorreu durante a Guerra Fria, opondo forças socialistas e capitalistas por mais de 20 anos. Vale dizer que em 1945 a Conferência de Genebra decidiu que o Vietnã seria temporariamente dividido em dois, por causa dos conflitos durante a Segunda Guerra e a independência liderada pelo comunista Ho Chi Minh. Criaram-se então o Vietnã do Norte, de orientação comunista, e o Vietnã do Sul, sob influência capitalista. Após essa divisão as tensões aumentaram. O governo de Ho Chi Minh, apoiado pelos soviéticos, avançava em direção ao sul e pretendia unificar o país sob um regime comunista. No Vietnã do Sul, formou-se um governo ditatorial apoiado pelos EUA e disposto a eliminar as guerrilhas comunistas, conhecidas como vietcongues. Diante da resistência norte-vietnamita e das críticas da opinião pública estadunidense, o então presidente Richard Nixon negociou a retirada de suas tropas do Vietnã em 1973 e em 1975, sem o apoio dos EUA, o Vietnã foi unificado sob um regime comunista.

Já a Revolução Cubana, que também ocorreu durante a Guerra Fria, foi liderada por Fidel Castro durante a década de 1950 e 1960. Essa Revolução teve seu início em contestação ao regime ditatorial de Fulgêncio Batista, que deu um golpe de Estado em 1952, em meio a uma grave crise econômica marcada por desigualdades sociais. Para Fidel Castro, a saída para derrubar a ditadura e retomar a democracia estava na luta armada. Em 1953 ele reuniu um grupo de jovens para dar início a uma ação revolucionária, mas acabou fracassando e os rebeldes foram presos. Essas prisões, contudo, fizeram aumentar as manifestações contra a ditadura e, então, Fulgêncio Batista acabou anistiando Fidel Castro em 1955. Em liberdade, Fidel e seu irmão, Raul Castro, arquitetaram um novo plano para depor Batista. Com isso iniciou-se uma guerra de guerrilhas na região de Sierra Maestra, enquanto nas cidades vários grupos reforçavam a oposição a ditadura. Diante de forte oposição e da impossibilidade de derrotar os guerrilheiros, Fulgêncio Batista deixou



Cuba em 31 de dezembro de 1958. No dia seguinte, os revolucionários chegaram na capital, Havana, e tomaram o poder. A ascensão de Fidel Castro incomodou os EUA, pois ele era de orientação socialista e logo que chegou no poder realizou uma série de medidas, como reforma agrária, baixou os preços dos aluguéis e nacionalizou empresas, tanto as cubanas como as estrangeiras. Em 1961, EUA e Cuba romperam relações diplomáticas. Fidel então declarou Cuba um Estado socialista. No ano seguinte, o governo estadunidense impôs um severo embargo econômico à ilha. Em 1962, o mundo esteve a beira de um conflito nuclear. Os EUA descobriram que os soviéticos haviam instalado mísseis de médio e longo alcance em Cuba. Esse episódio ficou conhecido como Crise dos Mísseis e só foi solucionado quando os soviéticos resolveram retirar seus mísseis da ilha.

A alternativa E também é falsa, uma vez que a disputa da Guerra Fria teve seu encerramento apenas na década de 1990, após a queda do Muro de Berlim em 1989 e o desmembramento da URSS em 1991.

(MOTA; BRAICK, 2005; VAZ, 2013).

Gabarito: D

3. (VUNESP 2015 – Soldado PM 2ª Classe)

Analise a imagem, reflita sobre o conteúdo da faixa carregada pelos trabalhadores e assinale a alternativa que completa corretamente o enunciado da questão.



O Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937, promoveu mudanças na política e na sociedade brasileira. Uma dessas mudanças foi a

- A) diminuição do intervencionismo do Estado para facilitar o processo de industrialização e a ampliação dos mercados de trabalho e de consumo.
- B) promulgação de reformas na legislação das empresas que reduziam os encargos trabalhistas com o objetivo de ampliar a oferta de empregos.
- C) proibição de instalação de empresas estrangeiras no país para incentivar e proteger a indústria nacional e os trabalhadores brasileiros.



D) priorização das indústrias como setor principal da economia, o que beneficiou os trabalhadores urbanos em detrimento dos camponeses.

E) unificação da legislação trabalhista (CLT) que garantia alguns direitos, como a instituição do salário mínimo, para os trabalhadores brasileiros.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois um ponto importante da orientação ideológica de Getúlio Vargas, centrado na área trabalhista, foi essencial para definir o futuro do desenvolvimentismo, defendendo a integração do proletariado à sociedade moderna. Seguindo esses preceitos, Vargas admite e utiliza maior intervenção estatal nos conflitos de classe, como pode ser demonstrado pela criação do Ministério do Trabalho já em 1930 e com o controle das organizações sindicais pelo Estado, construindo as bases do populismo das décadas de 40 e 50.

A alternativa B também é incorreta, pois a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1º de maio de 1943, reuniu diversas normas que regulamentaram as empresas, visando garantir aos trabalhadores os seus direitos, como a fiscalização do trabalho, as normas de direitos individuais e coletivos de trabalho, o direito processual do trabalho, etc.

A alternativa C também é incorreta, uma vez que uma das ações de Getúlio Vargas durante o Estado Novo foi estabelecer uma série de acordos e negociações para empresas estrangeiras, tentando mobilizar seus investimentos para uma usina siderúrgica no Brasil. É notável que essa preocupação era vista como uma etapa para o objetivo maior de Getúlio: engendrar a industrialização.

A alternativa D também é incorreta, pois a política de desenvolvimento no Estado Novo tinha na burguesia industrial o seu maior ponto de sustentação. Mesmo que o governo também desse apoio para os setores agrários, essa ala de produtores não estava unificada no apoio a Getúlio. Até a burguesia comercial também não era uníssona, especialmente devido a política industrializante, a qual subordinava os setores de importação e exportação às necessidades do mercado interno. A princípio, Vargas se sustentava muito mais na justificativa de unidade nacional do que na questão da distribuição do crescimento, para assim se chegar à justiça social. Dessa forma, é notável que a “recompensa” aos trabalhadores viria, mas, para isso, era preciso se submeter à aridez do processo de industrialização, o qual se daria por medidas autoritárias.

A alternativa E está correta. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é uma compilação de leis trabalhistas brasileiras elaborada, no governo do então Presidente Getúlio Vargas e promulgada no Brasil em 1º de maio de 1943 por meio do Decreto-Lei n. 5243, durante o regime autoritário do Estado Novo. Nesse documento legal, foram reunidas normas de direito individual e coletivo de trabalho, de fiscalização do trabalho e de direito processual do trabalho. Também foi nesse ano que a implantação da Justiça do Trabalho, os benefícios de salário mínimo e estabilidade adquirida foram consolidados, o que marcaria a legislação trabalhista brasileira até as primeiras décadas do século XXI.

(CEZAR, 2019; JESUS; MENDONÇA; KIRSTEN, 2019).

Gabarito: E



4. (VUNESP 2015 – Soldado PM 2ª Classe)

Ato institucional era o decreto utilizado pelos militares para legitimarem suas decisões. Em dezembro de 1968, ocorreu a promulgação do Ato Institucional no 5 (AI-5) que, em seu preâmbulo, dizia-se ser uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, “com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país”.

O AI-5 foi promulgado no governo de

A) Costa e Silva e representou o fechamento do sistema político, restringiu drasticamente a cidadania e permitiu a ampliação da repressão policial-militar.

B) Castello Branco e fixou eleições indiretas para governadores e prefeitos das capitais, acabou com a garantia do habeas corpus e ampliou a repressão policial.

C) João Figueiredo e fechou o Congresso, determinou as regras para a aprovação de nova Constituição e suspendeu os direitos políticos de opositores.

D) Garrastazu Médici e estabeleceu eleições indiretas para os cargos de presidente e governador, extinguiu os partidos políticos e permitiu ao Executivo cassar mandatos de políticos.

E) Ernesto Geisel e deu ao executivo plenos poderes para cassar mandatos, além de suspender a estabilidade dos funcionários públicos e militares.

Comentários

A alternativa A é a resposta certa, pois foi no governo do general Costa e Silva que o AI-5 foi decretado, em 13 de dezembro de 1968. O impacto do AI-5 na história brasileira é bem conhecido, mas não custa reiterar alguns pontos básicos. Para além da imagem corrente de “golpe dentro do golpe”, o mais significativo é que ele representou um aprofundamento da ditadura, ou da “revolução” como diziam seus apoiadores. O novo instrumento autoritário armou o Estado de poderes extraordinários, tal como o primeiro Ato Institucional, editado em 1964. No entanto, diferente do primeiro Ato, o AI-5 não tinha prazo de expiração e poderia abrir caminho para ditadura eterna dos militares. Ele permitiu o fechamento do sistema político, suspendeu direitos políticos de opositores, permitiu ao Executivo a cassação de mandatos, restringiu a cidadania, e permitiu a ampliação da repressão policial-militar.

A alternativa B é falsa, pois o marechal do Exército brasileiro Humberto Castello Branco foi um dos organizadores do Golpe Civil-Militar de 1964, governando o país até 1967, isto é, antes de promulgarem o Ato Institucional nº 5.

A alternativa C também é falsa, pois o presidente militar João Batista Figueiredo assume a presidência da República em 1979, ao passo que o AI-5 já havia sido revogado no ano anterior.

A alternativa D também é falsa, pois o presidente militar Emílio Garrastazu Médici governou o país entre 1969 e 1974, isto é, após a promulgação do Ato Institucional nº 5. Além disso, vale dizer que Médici conseguiu apaziguar os quartéis ao permitir que as aspirações e interesses dos militares direitistas radicais, que defendiam o emprego sistemático da repressão policial-militar contra todos os opositores da ditadura, se expressassem em seu governo.



A alternativa E também é falsa, pois foi no governo do presidente militar Ernesto Geisel, entre 1974 e 1979, que se deu início a abertura política, como ele dizia: “lenta, gradual e segura”. Geisel era considerado um militar da área moderada e foi no seu mandato que o Ato Institucional nº 5 foi revogado, em 13 de outubro de 1978.

(MOTTA, 2018; CANCIAN, 2019; NEVES, 2019).

Gabarito: A



REFERÊNCIAS USADAS NOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

BUSSUNDA. 2ª **Guerra Mundial**. Disponível em: <<https://mundoedu.com.br/uploads/pdf/5432d28b90370.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

CANCIAN, Renato. **Governo Médici (1969-1974): "Milagre econômico" e a tortura oficial**. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-medici-1969-1974-milagre-economico-e-a-tortura-oficial.htm>>. Acesso em: 15 maio 2019.

CEZAR, Frederico Gonçalves. **O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA CLT: HISTÓRICO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS BRASILEIRAS EM 1943**. Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros. Disponível em: <<http://institutoprocessus.com.br/2012/wp-content/uploads/2012/07/3%C2%BA-artigo-Frederico-Gon%C3%A7alves.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

GALBRAITH, John Kenneth. **Controle de Armamentos e Poder Militar**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v2n2/v2n2a03>>. Acesso em: 14 maio 2019.

JESUS, Camila Vian de; MENDONÇA, Eduarda Fernandes Lustosa de; KIRSTEN, Martin Branco. **ESTADO NOVO (1937-1945): a concepção de desenvolvimento, o funcionamento estatal, as políticas econômicas e o seu legado para o desenvolvimento do Brasil**. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_l/i1-ee2299c1c9832241a019300ac380088a.pdf>. Acesso em: 15 maio 2019.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Editora Moderna, 2005. 728 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p.195-216, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v38n79/1806-9347-rbh-38-79-195.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2019.

NEVES, Daniel. **Governo Castello Branco**. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiadobrasil/governo-marechal-castello-branco.htm>>. Acesso em: 15 maio 2019.

RESENDE, Rafael Bérenger de. A Intensidade do Esforço na Produção de Armamentos. In: RESENDE, Rafael Bérenger de. **ASPECTOS ECONÔMICOS DO ESFORÇO DE GUERRA ALEMÃO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA COMPARAÇÃO COM EUA, REINO UNIDO E URSS**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2011. Cap. 1. p. 1-53. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Rafael_Berenger_de_Resende.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

SANTANA, Geferson. **A HISTÓRIA DOS AFRICANOS NA II GUERRA**. Disponível em: <<http://www3.ufrb.edu.br/lehrb/wp-content/uploads/2013/09/Geferson-Santana-A-HIST%C3%93RIA-DOS-AFRICANOS-NA-GUERRA-divulgacao.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Primeira guerra mundial (1914-1918)**. Disponível em: <<https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sds/cpc/modulos/pism3/2018/geografia/geografia.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2019.

VAZ, Valéria (Ed.). **História: Ser Protagonista**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2013. 1128 p. Volumes 1, 2 e 3.



PROVA 2014

1. (VUNESP 2014 – Soldado PM 2ª Classe)

O período entre guerras (1918-1939) assistiu, na Europa, ao fortalecimento dos regimes nazifascistas. Entre suas características, é correto citar

- A) a garantia do respeito aos direitos individuais e a criação de um culto à imagem do líder.
- B) a ampliação do direito de participação política da população e a economia corporativista.
- C) a existência de uma polícia política para controlar os cidadãos e a extinção da monarquia.
- D) a não intervenção do Estado sobre as questões econômicas e a prática de discriminação racial.
- E) o estabelecimento da censura aos meios de comunicação e o caráter totalitário do Estado.

Comentários

A alternativa A está incorreta, pois os regimes nazifascistas tomam o Estado como uma entidade real que está acima de tudo e de todos, desconsiderando fundamentalmente os direitos individuais. Mas, de fato a criação de um culto à imagem do líder, tendendo a mitificá-lo, é um fenômeno dos regimes nazifascistas.

A alternativa B também está incorreta, uma vez que não há direito de participação política da população, de modo que os interesses políticos são estabelecidos pelo líder autoritário. Mas, de fato a economia corporativista é um fenômeno no interior dos regimes nazifascistas, pois reforça-se a organização sindical, concentrando-as em torno do governo, em nome dos interesses do Estado.

A alternativa C também está incorreta, pois os regimes nazifascistas tem uma tendência monárquica/imperial, por exemplo o nazismo alemão considerava-se o terceiro império, visando a expansão da predominância racial, acreditando no destino superior dos arianos. Mas, de fato os regimes nazifascistas utilizam de uma polícia política para controlar os cidadãos e submetê-los às ideologias de extrema direita conclamadas pelo líder totalitário.

A alternativa D também está incorreta, pois os regimes nazifascistas veem o Estado como uma entidade que está acima de tudo e de todos, ao passo que tudo deve convergir para o beneficiamento do Estado, especialmente a economia. Daí a intervenção do Estado sobre as questões econômicas é uma ação estrutural desses regimes. Mas, de fato a prática de discriminação racial é um fenômeno destes regimes.

A alternativa E está correta. O nazifascismo é um termo de conjunção entre os regimes de extrema-direita do fascismo italiano e do nazismo alemão. Estes são fenômenos sociais em que a sociedade tente a aceitar um líder autoritário, que vê o objetivo do Estado no ideal segregacionista de raças, aspectos culturais, educação, informação, etc. O Estado é tomado como uma entidade real, e não coletiva, que tem funções próprias, as quais são encarnadas na pessoa do próprio líder autoritário. A censura aos meios de comunicação é o instrumento fundamental para conduzir as massas, forjando informações e criando uma consciência horizontal, onde todos devem pensar



igual e conforme a ideologia do regime. O Estado é totalitário, estando acima de todos e de tudo, como se o Estado tivesse vida própria, excluindo as liberdades individuais.

(MOTA; BRAICK, 2005; VAZ, 2013).

Gabarito: E

2. (VUNESP 2014 – Soldado PM 2ª Classe)

No dia 30 de setembro de 1937, os jornais anunciaram a descoberta, pelo Estado-Maior do Exército, de um plano de insurreição comunista atribuído ao Comintern e assinado por um nome judaico: “Cohen”. Dia 10 de novembro de 1937: o exército cerca o Palácio Monroe, no Rio, onde funciona o Senado. Com o apoio das armas, Getúlio fecha o Congresso e extingue os partidos políticos.

(Brasil: Nosso Século. Vol. 5, 1930/1945. Adaptado)

Os eventos descritos no texto estão ligados

- A) à repressão desencadeada pelas tropas getulistas contra a tentativa de golpe realizada pelos comunistas da Ação Integralista Brasileira.
- B) à estratégia utilizada por Getúlio Vargas e seus assessores para justificar a implantação do regime ditatorial do Estado Novo.
- C) ao golpe militar que depôs o presidente eleito, Washington Luiz, permitindo que Getúlio Vargas assumisse o governo do Brasil.
- D) aos esforços do então presidente Vargas para resistir às pressões do Congresso Nacional, que exigia sua renúncia ao cargo.
- E) à resposta do governo Vargas frente à Revolução Constitucionalista, em que tropas paulistas se levantaram contra o governo federal.

Comentários

A alternativa A é falsa, uma vez que o Plano Cohen foi, na verdade, um documento forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, então chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira. Esse documento era a simulação de uma insurreição comunista, supostamente organizada pela Internacional Comunista.

A alternativa B está correta. O Plano Cohen foi um documento divulgado pelo governo brasileiro em setembro de 1937, atribuído à Internacional Comunista, contendo um suposto plano para a tomada do poder pelos comunistas. O plano previa a mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, o incêndio de prédios públicos, a promoção de manifestações populares que terminariam em saques e depredações e até a eliminação física das autoridades civis e militares que se opusessem à insurreição. Vargas aproveitou-se em seguida para fazer com que o Congresso decretasse mais uma vez o estado de guerra. No dia 10 de novembro, a ditadura do Estado Novo foi implantada. Anos mais tarde, ficaria comprovado que o documento foi forjado com a intenção de justificar a instauração do Estado Novo.



A alternativa C também é falsa, pois o presidente eleito, Washington Luiz, foi deposto pela Revolução de 1930, e o candidato paulista eleito naquele ano, Júlio Prestes, foi impedido de tomar posse, permitindo que Getúlio Vargas assumisse o governo do Brasil. De acordo com a Constituição de 1934, promulgada quatro anos depois que Vargas assume o poder, estava expresso que ele não poderia participar das eleições de 1938. Contudo, a trama e as tribulações em torno do Plano Cohen garantiram que ele desse um novo golpe no Estado brasileiro, instaurando o Estado Novo em 10 de novembro de 1937.

A alternativa D também é falsa, de tal modo que o panorama político no Brasil durante o ano de 1937 foi dominado pela expectativa da eleição do sucessor de Getúlio Vargas, prevista para janeiro do ano seguinte. O presidente, contudo, alimentava pretensões continuístas e nos bastidores articulava o cancelamento do pleito. O pretexto para isso seria a iminência de uma revolução preparada pelos comunistas, deflagrada pelo suposto Plano Cohen, conforme informações obtidas pelas autoridades militares.

A alternativa E também é falsa, uma vez que a Revolução Constitucionalista ocorreu em 1932 e o Plano Cohen é de 1937. A Revolução Constitucionalista de 1932 foi uma expressão da insatisfação dos paulistas com a Revolução de 1930. O movimento surgiu para convencer o governo provisório de Getúlio Vargas da necessidade de pôr fim ao caráter discricionário do regime sob o qual vivia o país e promulgar uma nova Constituição, uma vez que a Constituição de 1891 havia tornado sem efeito.

(FGV-CPDOC, 2017; FGV-CPDOC; MOREIRA, 2017).

Gabarito: B

3. (VUNESP 2014 – Soldado PM 2ª Classe)

A partir de meados da década de 1970, a ditadura militar brasileira iniciou um lento processo de abertura. As medidas liberalizantes que aos poucos fizeram o país retornar a uma democracia foram comandadas

- A) pelos estudantes universitários, lutando pela reorganização de suas entidades.
- B) pelos sindicatos de trabalhadores em busca de melhores condições de vida e trabalho.
- C) pelas autoridades militares, buscando promover uma transição sem revanchismos.
- D) pelos políticos do MDB, exercendo sua função de partido de oposição ao governo.
- E) pelo empresariado nacional, contrário à política econômica praticada pelos militares.

Comentários

A alternativa A é incorreta, pois quem comandou a abertura política foram os militares, uma vez que eram eles que estavam no poder. Em todo caso, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento estudantil brasileiro foi importante foco de resistência e mobilização social à ditadura civil-militar. Organizados em diversas entidades representativas, como os DCEs (Diretórios Centrais Estudantis), as UEEs (União Estaduais dos Estudantes) e a UNE (União Nacional dos Estudantes), suas reivindicações, protestos e manifestações influenciaram os rumos da política. Os estudantes protestavam por causas específicas como a ampliação de vagas nas universidades públicas, por



melhores condições de ensino, contra a privatização e também em defesa das liberdades democráticas e por justiça social.

A alternativa B também é incorreta, pois quem comandou a abertura política foram os militares, uma vez que eram eles que estavam no poder. Em todo caso, a via sindical ganha força entre 1978 e 1980, quando uma série de greves, principalmente na região do ABCD paulista (municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema, pertencentes à Grande São Paulo), caracterizadas pela mobilização de grande massa de trabalhadores, restabelece em um nível mais alto o poder dos sindicatos. A criação do Partido dos Trabalhadores, com base nas lideranças sindicais novas que surgiram no meio da grande indústria foi o resultado da conjugação da via eleitoral e da via sindical com vistas ao aumento da participação dos trabalhadores no processo político.

A alternativa C está correta, pois a abertura política foi uma série de ações cujo objetivo era realizar uma transição lenta, gradual e segura para a democracia nos últimos dois mandatos do Regime Militar no Brasil. Entre os anos de 1964 e 1974 o regime militar esteve na mão de três generais e viveu seu período de maior endurecimento. A partir da edição de uma série de Atos Institucionais, Castelo Branco, Costa e Silva e Médici promoveram o combate aos partidos, militantes e organizações de esquerda através da censura, da perseguição política e até mesmo da tortura e da execução. Devido ao prolongamento daquilo que deveria ter sido uma rápida intervenção do Exército e tornou-se uma longa ditadura, diversos movimentos de resistência surgiram em busca do retorno à democracia no país. O slogan que marcou a abertura política foi cunhado durante o governo Geisel, que pretendia realizar o processo de retorno à democracia de forma "lenta, gradual e segura". Lenta porque não havia consenso nas Forças Armadas quanto à abertura política. Gradual porque acreditavam que não era ainda hora de os militares abrirem mão das eleições indiretas para prefeitos, governadores e para o presidente da República. Segura porque procurou garantir o controle do crescimento da esquerda no poder, evitando que o processo de transição permitisse a eclosão de uma revolução como se havia visto em Cuba e China.

A alternativa D também é incorreta, pois quem comandou a abertura política foram os militares, uma vez que eram eles que estavam no poder. Em todo caso, no processo de redemocratização do país a participação dos trabalhadores foi decisiva em novembro de 1974, quando ocorre a inesperada vitória do partido de oposição, MDB (Movimento Democrático Brasileiro), nas eleições então realizadas. Essa vitória, que retirou representatividade do governo e desencadeou o processo de redemocratização, só foi possível graças ao apoio maciço dos trabalhadores ao MDB.

A alternativa E é falsa, uma vez que o regime vivido no Brasil entre 1964 e 1985 resultou de uma verdadeira conspiração do alto escalão do Exército brasileiro com setores empresariais civis, que temiam as reformas de base anunciadas pelo então presidente João Goulart.

(BRESSER PEREIRA, 1983; FGV-CPDOC; LAMOUNIER, 2009; CORRÊA, 2012).

Gabarito: C



REFERÊNCIAS USADAS NOS COMENTÁRIOS DAS QUESTÕES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Os limites da "abertura" e a sociedade civil. **Revista de Administração de Empresas**, [s.l.], v. 23, n. 4, p.05-14, dez. 1983. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-75901983000400001>.

CORRÊA, Michelle Viviane Godinho. **Abertura Política**. 2012. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/abertura-politica/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC. **Plano Cohen**. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC; LAMOUNIER, Bolívar. **Redemocratização**. 2009. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/redemocratizacao>>. Acesso em: 15 maio 2019.

FGV-CPDOC; MOREIRA, Regina da Luz. **Revolução Constitucionalista de 1932**. 2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Editora Moderna, 2005. 728 p.

VAZ, Valéria (Ed.). **História: Ser Protagonista**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2013. 1128 p. Volumes 1, 2 e 3.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.